São Paulo

# DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Terça-feira, 16 de abril de 2024 | Edição N º 1001

datamercantil.com.br


# Mudança da meta mostra arcabouço fraco e ambição demais de Haddad, dizem economistas

A meta fiscal em zero para 2025 enfraquece o arcabouço fiscal, que parece ter sido uma proposta ambiciosa demais da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e deixa uma carga difícil para o próximo governo, avaliam economistas ouvidos pela reportagem.

A mudança representa uma flexibilização na trajetória das contas públicas. No ano passado, ao apresentar a nova regra fiscal, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia prometido entregar superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do PIB já em 2026, último ano do atual mandato.

Para Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, trata-se de uma decisão negativa para a economia, que se traduz em mais gasto público, maior dívida e problemas mais complexos a serem resolvidos.

"O governo atual transfere o ajuste fiscal para o próximo, e ele também vai custar mais. Essa atitude é resultado de uma crença das pessoas que estão no governo de que mais gasto público leva a crescimento e que aumento da demanda leva também a aumento da oferta. Mas para a empresa aumentar a produção ela tem de acreditar que isso é sustentável", diz o ex-ministro.

Ele também avalia que o arcabouço ficou enfraquecido, com perspectiva de elevação dos juros de longo prazo, inclusive com aumento da dívida.

Pelas previsões do boletim Focus, do Banco Central, a mudança da meta não chega a ser surpreendente, diz a economista Zeina Latif.

"O anúncio do arcabouço não melhorou as projeções, ele evita um quadro pior, mas não é um arcabouço sólido -depende de aumento de receita e tem muitas pontas soltas. Em nenhum momento foi visto como algo disciplinador", afirma.

Para Latif, o arcabouço sempre foi considerado ambicioso demais e tinha um problema de inconsistência interna, dependendo do aumento de carga tributária e com medidas que geram mais rigidez de gastos.

Folhapress

## Economia

### Renovação da Anvisa movimenta indústria e políticos de olho em 20% do PIB

*Página - 03*

### União pagou R$ 590,8 milhões de dívidas de estados em março

*Página - 03*

### Azul anuncia voos diretos para Assunção, no Paraguai, a partir de dezembro

*Página - 12*

### Samsung ultrapassa Apple e conquista liderança global de smartphones

*Página - 12*

## Política

### Governo Lula vai propor déficit zero em 2025, em vez de superávit de 0,5%

*Página - 04*

### Haddad confirma salário mínimo de R$ 1.502 para 2025

*Página - 11*

# No Mundo

## Israel avalia revide a Irã sem causar guerra total, diz imprensa

O gabinete de guerra de Tel Aviv discutiu na tarde da segunda-feira (15) uma série de opções de retaliação ao Irã após o ataque contra Israel, mas há preocupações para não causar uma guerra total, informou a imprensa local.

O Canal 12, por exemplo, disse que a intenção era fazer ações coordenadas com os Estados Unidos, que afirmaram que não se juntariam a Israel em qualquer ataque direto ao Irã. Já o Times of Israel disse estar avaliando uma resposta "dolorosa" à operação que não desencadeará uma guerra regional.

Também na segunda, o porta-voz da diplomacia do regime, Nasser Kanani, disse que países ocidentais deveriam "apreciar a moderação do Irã nos últimos meses". "Em vez de fazer acusações contra o Irã, os países [ocidentais] deveriam culpar a si mesmos e responder à opinião pública pelas medidas que adotaram contra os [...] crimes de guerra cometidos por Israel" disse Kanani.

O primeiro ataque de Teerã contra Israel desde 1979, ano em que a República Islâmica foi estabelecida no país, levou diversos líderes a se pronunciarem pedindo moderação.O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, enfatizou a necessidade de evitar uma escalada em uma série de ligações com seus homólogos de Egito, Arábia Saudita, Jordânia, Turquia, Reino Unido e Alemanha, de acordo com declarações do Departamento de Estado.Já o secretário de Relações Exteriores britânixo, David Cameron, chamou o ataque de "um fracasso total", embora "imprudente e perigoso". A chanceler da Alemanha, Annalena Baerbock, foi além quando questionada sobre um eventual direito de retaliação de Israel e disse que "o direito à autodefesa significa repelir um ataque".

Folhapress

## Termina o primeiro dia de julgamento de Donald Trump

Terminou há pouco o primeiro dia do julgamento do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. O republicano enfrenta acusações relacionadas a pagamentos de suborno em dinheiro à estrela de cinema pornô Stormy Daniels em 2016.

Na segunda-feira (15), nove potenciais jurados foram questionados. O juiz Juan Merchan suspendeu a sessão por volta de 16h30 (horário local) –17h30 pelo horário de Brasília– depois de todos terem respondido a um questionário. Todos foram orientados pelo magistrado a não conversarem uns com os outros e a não passar informações sobre o caso a outras pessoas.

O julgamento será retomado terça-feira (16) às 9h30 (10h30 em Brasília).

Como foi o primeiro dia

Advogados de defesa e de acusação trabalharam para escolher o painel composto por 12 jurados e seis suplentes que atuarão no julgamento do ex-presidente.

Ao longo de todo o dia, 96 possíveis jurados foram levados ao tribunal para serem examinados. Mais de metade foram dispensados depois de terem dito que não podiam ser justos e imparciais. Pelo menos nove outros foram dispensados depois de levantarem a mão quando o juiz lhes perguntou se não poderiam servir por qualquer outro motivo.

Os jurados em potencial preencherão um questionário criado pelo juiz com informações dos advogados de Trump e do Ministério Público de Manhattan.

Se chegarem ao júri, terão de ler suas respostas em voz alta. Os advogados e o juiz poderão fazer perguntas de acompanhamento para examiná-los em busca de possíveis conflitos ou preconceitos.

CNN

## Novo ataque com faca em Sydney deixa quatro feridos

Quatro pessoas ficaram feridas na segunda-feira (15) em um novo ataque com faca ocorrido em uma igreja de Sydney, na Austrália. De acordo com os serviços de emergência locais, as vítimas não correm risco de vida. O incidente acontece dois dias após uma agressão similar em um shopping center da cidade.

O ataque de segunda-feira aconteceu durante uma missa em uma igreja assíria na zona oeste da cidade. As imagens de uma transmissão ao vivo mostram um homem se aproximando do altar, com uma faca erguida para atacar o padre, o que provocou pânico entre os paroquianos.

Os serviços de emergência informaram à AFP que quatro pessoas com idades entre 20 e 70 anos receberam atendimento médico. Um homem foi preso e está sob custódia da polícia.

"Os indivíduos feridos sofreram lesões que não ameaçam suas vidas e foram tratados por paramédicos do serviço de emergência de Nova Gales do Sul antes de serem levados para um hospital", disseram as autoridades.

No último sábado (13), seis pessoas foram assassinadas em um ataque similar no shopping center Westfield Bondi Junction, em Sydney. O agressor foi baleado e morto por um policial. Em entrevista coletiva, a agente da polícia do estado de Nova Gales do Sul Karen Webb afirmou que 5 das 6 vítimas eram mulheres, o que levou as autoridades abrirem investigação para identificar o motivo da preferência do agressor.

Vídeos compartilhados nas redes sociais mostram o agressor atacando principalmente pessoas do sexo feminino. Cinco das seis pessoas assassinadas são mulheres, assim como a maioria dos feridos."Os vídeos falam por conta própria. E esta é, certamente, uma linha de investigação para nós", afirmou a comissária Karen Webb, da polícia de Nova Gales do Sul.

Folhapress

*Jornal Data Mercantil Ltda*

*Rua XV de novembro, 200*
*Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000*
*Tel.:11 3361-8833*
*E-mail: comercial@datamercantil.com.br*
*Cnpj: 35.960.818/0001-30*

*Editorial: Daniela Camargo*
*Comercial: Tiago Albuquerque*

*Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.*

*Rodagem: Diária* *Fazemos parte da*

# Economia

## Renovação da Anvisa movimenta indústria e políticos de olho em 20% do PIB

Protagonista na pandemia da Covid-19, quando se tornou alvo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por aprovar o registro de vacinas, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) regula mais de 20% do PIB.

O órgão saiu dos holofotes no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e tem como uma das principais pautas de 2024 a decisão sobre manter ou não veto aos cigarros eletrônicos. A discussão está marcada para quarta-feira (17) e a proibição é dada como certa por técnicos.

Hoje formada por quatro nomes indicados por Bolsonaro e uma substituta, a diretoria colegiada da Anvisa terá três vagas abertas até o fim do ano.A disputa pelos cargos mobiliza congressistas, governo e a indústria justamente porque decisões da agência causam forte impacto em diversos setores privados e em hábitos da população.

O órgão lida com medicamentos, vacinas, dispositivos médicos, agrotóxicos, alimentos e cigarros. Ainda faz a fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras e dá aval para importações.

A Anvisa também controla cosméticos e e outros produtos que são encontrados no varejo. Neste ano, o órgão proibiu a venda livre de álcool 70% líquido, por exemplo.

Estudo elaborado pela Anvisa e pelo IBGE em 2014 estimou que 22,7% do PIB era composto por atividades que são reguladas pela Anvisa. A agência avalia que o percentual subiu e cita influência em até 30% da soma de todos os bens e serviços produzidos.

"A Anvisa tem uma peculiaridade, pois formula e executa a política pública. Um exemplo é a atuação em portos, aeroportos e fronteiras, em que a agência edita normas e é fiscal, o agente do Estado na interpelação de viajantes e acompanhamento de cargas com interesse sanitário", disse o advogado Alex Campos Machado, ex-diretor da Anvisa (2020-2023). Atual presidente da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), Machado afirma que o corpo técnico da agência é qualificado, mas precisa de reforço. "Não tem hoje a infraestrutura capaz de dar toda a consequência que a lei atribui", afirma.

Folhapress

# Publicidade Legal

## O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda.

CNPJ/MF 35.784.233/0001-07 - NIRE 35.235.766.045

**14ª Alteração de Contrato Social e ato de Transformação**

Pelo instrumento particular, **(1) XP Investimentos S.A.,** com Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF n° 16.838.421/0001-26, representada por, Sras. **Fernanda Pereira da Silva Nassif,** brasileira, solteira, advogada, OAB/RJ n° 222.749, **Flavia Renó Stábile Costa,** brasileira, solteira, advogada, OAB/SP n° 390.909, ambas residentes e domiciliadas em São Paulo/SP; **(2) GP Partnership S.A.,** com sede em Barueri/SP, CNPJ/MF n° 50.014.464/0001-25, representada por, **Fernando Augusto Coelho Ferreira de Vasconcellos,** brasileiro, casado, empresário, e **Anderson dos Anjos Oliveira,** brasileiro, empresário, solteiro **("Partnership"); (3) Thiago Lolkus Nigro,** brasileiro, casado, empresário **("Thiago"); (4) Bruno de Almeida Perini,** brasileiro, casado, empresário **("Bruno"); (5) André Campos Gradim,** brasileiro, solteiro, publicitário **("André")** sendo denominado, em conjunto com XPISA, Partnership, Thiago e Bruno, como **("Sócios")** únicos sócios da **O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda.**CNPJ/MF nº 35.784.233/0001-07, com sede em Barueri/SP **("Sociedade"), Resolvem,** neste ato deliberar o quanto segue: **1. Transformação em Sociedade Anônima e Alteração de Denominação Social. 1.1.** Transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **1.2.** Aprovada a mudança da denominação social da Sociedade para **O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A. 1.3.** A Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social. **2. Conversão das Quotas em Ações. 2.1.** Aprovada a conversão da totalidade das quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade em igual número de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na proporção de 1 quota para 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 18.449.670,00, passa a ser representado por 13.964.997 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, nos termos Boletim de Subscrição de Conversão de Quotas em Ações Ordinárias. **2.2.** Aprovada a exclusão do valor nominal, de modo que a totalidade das ações emitidas em decorrência da conversão não possuem valor nominal atrelado. **3. Administração da Companhia. 3.1.** A Companhia será administrada por até 3 Diretores, sendo um o Diretor Presidente, um o Diretor Financeiro, e outro Diretor sem designação específica, com membros nomeados eleitos para mandatos unificados de 3 anos. O Conselho de Administração será composta por até 7 membros, com membros eleitos para um mandato de 2 anos. **3.2.** Eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, com um mandato unificado de 2 anos: (i) **Bruno Constantino Alexandre dos Santos,** brasileiro, casado, engenheiro, designado como membro do Conselho de Administração; (ii) **Guilherme Sant'anna Monteiro da Silva,** brasileiro, solteiro, administrador de empresas, designado como membro do Conselho de Administração; (iii) **Thiago Lolkus Nigro,** acima qualificado, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (iv) **Bruno de Almeida Perini,** acima qualificado, designado como membro do Conselho de Administração; (v) **Fernando Augusto Coelho Ferreira de Vasconcellos,** acima qualificado, designado como membro do Conselho de Administração; e (vi) **André Campos Gradim,** acima qualificado, designado como membro do Conselho de Administração. **3.2.1.** Os membros do Conselho de Administração tomaram posse de seus cargos na presente data mediante assinatura dos respectivos termos de posse e declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **4. Estatuto Social. 4.1.** aprovado o Estatuto Social da Companhia, transcrito no **Anexo III**. **5. Disposições Gerais. 5.1.** Os Acionistas conferem à Administração da Companhia todos os poderes necessários para formalizar o registro da transformação da Sociedade em sociedade por ações. **5.2.** As publicações dos atos da Companhia serão realizadas no local da sede da Companhia. Nada mais. Barueri/SP, 29/12/2023. Visto do Advogado: **Maria Alice Vasconcellos Dal Pozzo Roque** OAB/SPn° 390.688. JUCESP/NIRE nº 3530063121-8. JUCESP nº 43.865/24-0 em 30/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## GP Partnership S.A.

(em organização)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 31 de janeiro de 2023**

**Data/Hora/Local:** 31/01/2023, 10hs, na sede da Companhia**. Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas fundadores e únicos subscritores representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Thiago Lolkus Nigro - Presidente; Sra. Maria Alice Vasconcellos Dal Pozzo Roque - Secretária. **Deliberações aprovadas: 5.1. Lavratura da ata.** A lavratura desta ata em forma sumária. **5.2. Constituição.** Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **GP Partnership S.A. 5.3. Capital social.** Aprovar a subscrição de 200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço por ação no valor de R$ 1,00, totalizando o valor de R$ 200,00. **5.3.1.** Os acionistas fundadores subscreveram e integralizaram, nesta data, em moeda corrente nacional, a totalidade do capital social, nos termos dos Boletins de Subscrição. Os acionistas fundadores consignam o depósito de 10% do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro. **5.4. Estatuto Social.** Aprovado o Estatuto Social da Companhia. **5.4.1. Conselho de Administração**. Eleitos os Srs.: **(i) Thiago Lolkus Nigro,** brasileiro, solteiro, empresário, para Presidente do Conselho de Administração; **(ii) Fernando Augusto Coelho Ferreira de Vasconcellos,** brasileiro, casado, empresário, para membro efetivo do Conselho de Administração; e **(iii) Bruno de Almeida Perini,** brasileiro, casado, empresário, para membro efetivo do Conselho de Administração, todos com escritório em Barueri/SP e com mandatos unificados de 3 anos, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração tomam posse de seus respectivos cargos nesta data mediante a assinatura dos termos de posse e declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos não farão jus a remuneração. **5.5. Publicações.** Aprovar as publicações dos atos no jornal "Data Mercantil". Nada mais. Barueri, 31/01/2023. Maria Alice Vasconcellos Dai Pozzo Roque OAB/SP n° 390.688. JUCESP/NIRE nº 3530061147-1 em 21/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## União pagou R$ 590,8 milhões de dívidas de estados em março

O Tesouro Nacional pagou, em março, R$ 590,78 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R$ 234,49 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do governo do Rio Grande do Sul. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R$ 161,11 milhões do estado do Rio de Janeiro e R$ 120,55 milhões de Minas Gerais.

A União também cobriu, no mês passado, R$ 74,63 milhões de dívidas de Goiás. Em 2024, o governo federal ainda não pagou dívidas em atraso de municípios.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na segunda-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R$ 2,24 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R$ 1,091 bilhão coube a Minas Gerais, R$ 566,91 milhões ao estado do Rio de Janeiro, R$ 355,08 milhões ao Rio Grande do Sul e R$ 226,98 milhões a Goiás.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2024. Em 2023, além dos estados acima, a União honrou garantias do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí e do Espírito Santo.As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos anos, decisões do STF impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira.

Wellton Máximo/ABR

# Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Governo Lula vai propor déficit zero em 2025, em vez de superávit de 0,5%

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai propor uma meta fiscal zero para 2025. O objetivo sinaliza uma flexibilização na trajetória fiscal do país, dado que o compromisso antes era entregar um superávit de 0,5% do PIB no ano que vem.

Na prática, o Executivo indica ainda a possibilidade de novo déficit no ano que vem, já que a meta conta com uma margem de tolerância de 0,25% do PIB para mais ou menos.

A piora no alvo da política fiscal deve ter consequências sobre a trajetória da dívida pública.

A intenção do governo de perseguir uma meta menos ambiciosa foi revelada pela Folha. O número oficial será apresentado nesta segunda-feira (15) no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025.

A flexibilização se dá diante de um quadro desafiador para continuar aumentando a arrecadação e alcançar o superávit de 0,5% do PIB, como prometeu o ministro Fernando Haddad (Fazenda) no ano passado, ao apresentar o novo arcabouço fiscal.

Embora o governo tenha aprovado uma série de medidas de receitas ao longo de 2024, boa parte delas são extraordinárias e não se repetirão no ano que vem.

Além disso, membros do Executivo têm a avaliação de que a agenda de arrecadação está se exaurindo, o que dificulta ir atrás de novas receitas.

Um sinal disso são as resistências enfrentadas pelo governo na discussão de medidas enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a limitação do uso de créditos judiciais pelas empresas para abater tributos.

Idiana Tomazelli/Folhapress

## Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 30.914.898/0001-74 - NIRE 35.300.518.594

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de agosto de 2021**

**Data/Hora/Local:** 25/08/2021, 9hs, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente, Sr. Hélcio Tokeshi; Secretário, Sr. Otávio Ferreira da Silveira. **Deliberações aprovadas:** (i) A retificação do item **"4. Ordem do Dia", subitem "4.2", letra "(d)"**, da ARCA 04.08.2021, no qual constou que a Emissão das Debêntures pela ONM será realizada em "série única", bem como que os CRI serão da "319ª série" da 4ª emissão da Virgo Companhia de Securitização (**"Securitizadora"**), porém o correto é que a Emissão das Debêntures pela ONM será realizada em "2 séries", e os CRI serão das "319ª e 353ª séries" da 4ª emissão da Securitizadora, de modo que a referida letra "(d) ler-se-á da seguinte forma: "***(d)*** *a ONM pretende realizar uma operação estruturada de captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro (**"Operação"**), que envolverá, em suma:* ***(d.1)*** *a realização, pela ONM, da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, para colocação privada (**"Emissão"** e **"Debêntures"**, respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Colocação Privada, da ONM Health S.A." (**"Escritura de Emissão de Debêntures"**);* ***(d.2)*** *a utilização integral dos recursos a serem captados por meio das Debêntures no financiamento do pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (Hospital Metropolitano Belo Horizonte);* ***(d.3)*** *a subscrição das Debêntures pela* ***Virgo Companhia de Securitização*** *(nova denominação da Isec Securitizadora S.A.), CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 (**"Securitizadora"**);* ***(d.4)*** *a emissão, pela Securitizadora, de 1 cédula de crédito imobiliário representativa da totalidade dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures, conforme previstos na Escritura de Emissão de Debêntures (**"Créditos Imobiliários"**), na forma do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças" (**"Escritura de Emissão de CCI"**), a ser celebrado entre a Securitizadora, a ONM e a* ***Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.****, CNPJ/ME nº 22.610.500/0001-88 (**"Agente Fiduciário"** ou **"Instituição Custodiante"**); (d.5) a vinculação dos Créditos Imobiliários, pela Securitizadora, como lastro dos certificados de recebíveis imobiliários das 319ª e 353ª séries da 4ª emissão da Securitizadora (**"CRI"**), na forma do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 319ª e 353ª* Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização" (***"Termo de Securitização"****), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Instituição Custodiante;* ***(d.6)*** *a distribuição dos CRI por meio de oferta pública de distribuição em regime da garantia firme de colocação, com esforços restritos de distribuição; e* ***(d.7)*** *a constituição, pela ONM e pela Companhia, na qualidade de garantidora da ONM, de determinadas garantias em favor da Securitizadora, a fim de assegurar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela ONM no âmbito da Operação, especialmente, o fiel e cabal pagamento (i) de todo e qualquer montante do Valor Total da Emissão, multas, encargos moratórios e demais despesas, custos, emolumentos, encargos ordinários, (ii) de quaisquer custos e despesas, incluindo, sem limitação, custas e honorários advocatícios, incorridos pela Securitizadora exclusivamente às expensas do Patrimônio* Separado, na execução da garantia objeto e/ou das obrigações decorrentes *da Escritura de Emissão de Debêntures, desde que devidamente comprovados, conforme venham a ser prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos; (iii) de verbas indenizatórias, quando houver; e (iv) de todas as demais obrigações pecuniárias assumidas pela ONM decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures, do Contrato de Distribuição e demais documentos relacionados à Emissão ("**Obrigações Garantidas**"), por força e nos termos de todos os instrumentos firmados no âmbito da Operação ou a ela relacionados, que compreendem a Escritura de Emissão de Debêntures, a Escritura de Emissão de CCI, o Termo de Securitização, instrumentos de garantias e demais instrumentos correlatos, inclusive eventuais aditamentos, os quais deverão ser sempre interpretados em conjunto (**"Documentos da Operação"**).*" Nada mais. JUCESP nº 559.607/21-0 em 24/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 30.914.898/0001- 74 - NIRE 35.300.518.594

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 04/08/2021**

**Data/Hora/Local:** 04/08/2021, 11hs, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente, Sr. Hélcio Tokeshi; Secretário, Sr. Otávio Ferreira da Silveira. **Deliberações aprovadas: 4.1.** A contratação de operações financeiras pela **ONM Health S.A.**, CNPJ nº 11.292.024/0001-88 **("ONM")**, empresa controlada pela Companhia, bem como a outorga de garantias correlatas pela Companhia; e **4.2.** Foram realizadas algumas mudanças à estrutura das operações financeiras, com base no histórico abaixo: **(a)** a ONM celebrou com o Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde **("Poder Concedente")**, em 26/03/2012, o *"Contrato de Concessão Administração para a realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte"* **("Contrato de Concessão")**, com prazo de vigência de 20 (vinte) anos; **(b)** pelos serviços objeto do Contrato de Concessão, o Poder Concedente pagará à ONM remuneração mensal, cujo montante e forma de pagamento estão definidos na Cláusula 16ª do Contrato de Concessão; **(c)** a ONM pretende celebrar com o **Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG**, CNPJ/ME nº 38.486.817 /0001-94 **("BDMG")**, o *"Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 325.445/21 FRP - BDMG/Recursos Próprios"* **("Contrato de Financiamento")**, no valor total de R$75.000.000,00, com o intuito de obter os recursos necessários para a execução do objeto do Contrato de Concessão; **(d)** a ONM pretende realizar uma operação estruturada de captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro **("Operação")**, que envolverá, em suma: **(d.1)** a realização, pela ONM, da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em séria única, para colocação privada **("Emissão" e "Debêntures"**, respectivamente), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da ONM Health S.A."* **("Escritura de Emissão de Debêntures")**; **(d.2)** a utilização integral dos recursos a serem captados por meio das Debêntures no financiamento do pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (Hospital Metropolitano Belo Horizonte); **(d.3)** a subscrição das Debêntures pela **Virgo Companhia de Securitização** (nova denominação da Isec Securitizadora S.A.), CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 **("Securitizadora")**; **(d.4)** a emissão, pela Securitizadora, de 1 cédula de crédito imobiliário representativa da totalidade dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures, conforme previstos na Escritura de Emissão de Debêntures **("Créditos Imobiliários")**, na forma do *"Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real, sob a Forma Escriturai e Outras Avenças"* **("Escritura de Emissão de CCI")**, a ser celebrado entre a Securitizadora, a ONM e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ/ME nº 22.610.500/0001-88 **("Agente Fiduciário" ou "Instituição Custodiante")**; **(d.5)** a vinculação dos Créditos Imobiliários, pela Securitizadora, como lastro dos certificados de recebíveis imobiliários da 319ª série da 4ª emissão da Securitizadora **("CRI")**, na forma do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 319ª Série da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização"* **("Termo de Securitização")**, a ser celebrado entre a Securitizadora e a Instituição Custodiante; **(d.6)** a distribuição dos CRI por meio de oferta pública de distribuição em regime da garantia firme de colocação, com esforços restritos de distribuição; e **(d.7)** a constituição, pela ONM e pela Companhia, na qualidade de garantidora da ONM, de determinadas garantias em favor da Securitizadora, a fim de assegurar o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela ONM no âmbito da Operação, especialmente, o fiel e cabal pagamento (i) de todo e qualquer montante do Valor Total da Emissão, multas, encargos moratórios e demais despesas, custos, emolumentos, encargos ordinários, (ii) de quaisquer custos e despesas, incluindo, sem limitação, custas e honorários advocatícios, incorridos pela Securitizadora exclusivamente às expensas do Patrimônio Separado, na execução da garantia objeto e/ou das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, desde que devidamente comprovados, conforme venham a ser prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos; (iii) de verbas indenizatórias, quando houver; e (iv) de todas as demais obrigações pecuniárias assumidas pela ONM decorrentes da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e demais documentos relacionados a Emissão **("Obrigações Garantidas"),** por força e nos termos de todos os instrumentos firmados no âmbito da Operação ou a ela relacionados, que compreendem a Escritura de Emissão de Debêntures, a Escritura de Emissão de CCI, o Termo de Securitização, instrumentos de garantias e demais instrumentos correlatos, inclusive eventuais aditamentos, os quais deverão ser sempre interpretados em conjunto **("Documentos da Operação"); (e)** dentre as garantias constituídas no âmbito do Contrato de Financiamento e da Operação, uma outorgada pela ONM, e a Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definida) serão compartilhadas entre a Securitizadora e o BDMG, nos termos do *"Contrato de Compartilhamento e Outras Avenças"* **("Contrato de Compartilhamento"),** a ser celebrado entre a Securitizadora e o BDMG, com anuência da ONM; Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a celebração do Contrato de Financiamento pela ONM; (ii) a realização da Operação pela ONM; (iii) a celebração do Contrato de Compartilhamento pela ONM; (iv) a outorga de garantia fidejussória pela Companhia, na forma de fiança, assumindo a Companhia, como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário e sem qualquer benefício de ordem, todas as Obrigações Garantidas oriundas das Debêntures, bem como todas as obrigações de pagamento da ONM na Escritura de Emissão de Debêntures **("Fiança"),** na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures, sendo responsável pelo pagamento dos Créditos Imobiliários de responsabilidade da ONM, nos seus vencimentos, responsabilizando-se pelo pagamento do principal, dos juros remuneratórios e demais juros e encargos moratórias imputáveis à ONM, renunciando expressamente aos direitos e prerrogativas**;** (v) a outorga de alienação fiduciária pela Companhia, na qualidade de titular e fiduciante, da totalidade das ações de emissão da ONM detidas pela Companhia, em favor da Securitizadora e do BDMG, na forma do *"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças"*, a ser celebrado pela Companhia com as referidas partes, com anuência da ONM **("Alienação Fiduciária de Ações"** e **"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações",** respectivamente); e (vi) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias à conforme as deliberações a serem tomadas com relação aos itens anteriores. Nada mais. JUCESP nº 427.854/21-0 em 30/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 91.669.747/0001-92 - Companhia Aberta

**Assembleia Geral Ordinária Edital de Convocação**

Convocamos os Srs. acionistas da **DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** ("Companhia") a se reunirem em AGO, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 30/04/2024, às 10h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma. **Ordem do dia**: **1 -** Tomar as contas dos administradores da Companhia; **2 -** Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **3 -** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; **4 -** Ratificar a remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024 e a sua alocação individual, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 05/02/2024. **Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO**. Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 dias úteis antes da AGO e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. **II) Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (https://www.vocedmfinanceira.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, ("Resolução CVM 81"). O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicadas em 28/03/2024, no Jornal Data Mercantil. **III) Participação via Boletim de Voto à Distância:** A Companhia adotará o sistema de votação a distância de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.vocedmfinanceira.com.br), i) por meio de seus respectivos agentes de custodia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. São José dos Campos, 02/04/2024. **Carlos Antonio Tamaki,** Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16 de abril. **Tharik Camocardi de Moura –** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

## DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 - NIRE 35.30.06.13.41-4

**Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação**

Convocamos os Srs. acionistas da **DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** ("Companhia"), a se reunirem em AGE, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 23/04/2024, 09hs, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams. **Ordem do Dia**: **(i)** Homologação do Aumento do capital social, conforme aprovado na AGE de 21/03/2024. **(ii)** Alteração do Art. 5º do Estatuto Social; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social; **(iv)** autorização para a administração a praticar todos os atos necessários à implementação do Aumento de Capital. **Informações Gerais**: **(i)** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@vocedm.com.br; **(ii)** A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e **(iii)** Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: **(i)** pessoalmente; ou **(ii)** por meio de procurador devidamente constituído. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: **(i)** documento de identidade com foto; **(ii)** instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e **(iii)** quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 02/04/2024. **Carlos Antonio Tamaki,** Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16/04/2024. **Tharik Camocardi de Moura,** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

## Campen Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.701.144/0001-82 - NIRE 35.300.490.703 - (a "**Companhia**")

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024**

**Local/Data/Hora:** 25/03/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença**: Conselheiros representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** O Estatuto Social e *ad referendum* da Assembleia Geral da Companhia que deliberar as matérias cabíveis, autorizar o pagamento de dividendos intermediários à conta do lucro apurado no balanço levantado em 31/12/2023, no valor de R$ 2.500.000,00, pagos em março de 2024 e o valor de R$ 1.400.000,00 a serem pagos de imediato, ambos os pagamentos, ao acionista Faro Capital Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (CNPJ/MF nº 13.368.108/0001-83). Nada mais. JUCESP nº 141.487/24-0 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF: 16.581.207/0001-37 - NIRE 35.300.439.295

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2024.**

**Data, Horário e Local:** Aos 02 (dois) dias do mês de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede da DM Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521, 3º andar, sala 2, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12.246-870. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Estavam presentes, ainda, nesta Assembleia, os representantes da Diretoria para prestarem os esclarecimentos cabíveis. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis César Correia e secretariados pelo Sr. Tharik Camocardi de Moura. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a modificação de determinadas características das debêntures da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, da Espécie Subordinada, em Série Única, da DM Instituição de Pagamento S.A. ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente). **Deliberações:** Instalada a assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na ordem do dia, a totalidade dos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidem: i a alteração (a) do prazo de vencimento das Debêntures de 108 (cento e oito) meses para 120 (cento e vinte) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 18 de janeiro de 2026. i autorizar os diretores da Companhia a praticarem os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas acima. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – Tharik Camocardi de Moura. Acionistas: Denis Cesar Correia e DMCore Holding Financeira S.A., representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura. Diretores: Denis César Correia, Tharik Camocardi de Moura. Mesa: **Denis Cesar Correia** - Presidente; **Tharik Camocardi de Moura** - Secretário. Acionistas: **DMCore Holding Financeira S.A.:** Denis Cesar Correia; Tharik Camocardi de Moura.

# BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

| Ativo | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | **1.992** | 6.321 | **20.092** | 30.084 |
| Contas a receber | - | - | **13.784** | 10.757 |
| Impostos a recuperar | **1.731** | 1.588 | **2.867** | 2.669 |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - | **2.834** | 1.226 |
| Outros créditos | **232** | 232 | **1.847** | 2.372 |
| Total do ativo circulante | **3.955** | 8.141 | **41.424** | 47.108 |
| **Não circulante** | | | | |
| Dividendos a receber | **6.496** | 3.659 | **2.465** | - |
| Depósitos judiciais | - | - | **11.472** | 5.279 |
| Contas a receber | - | - | **804** | 768 |
| Ativos de direito de uso | - | - | **1.056** | 920 |
| Investimentos | **292.850** | 291.657 | - | - |
| Imobilizado | - | - | **6.918** | 3.718 |
| Intangível | - | - | **450.665** | 447.635 |
| Ativo de contrato (intangível em construção) | - | - | **215.365** | 188.734 |
| Total do ativo não circulante | **299.346** | 295.316 | **688.475** | 647.054 |
| Total do ativo | **303.301** | 303.457 | **730.169** | 694.162 |

| Passivo | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | **1.021** | 4.163 |
| Debêntures | - | - | **18.485** | - |
| Fornecedores | - | - | **28.387** | 26.407 |
| Obrigações tributárias | **1** | - | **1.196** | 3.852 |
| Parcelamento tributário | **2.107** | 2.003 | **5.609** | 2.003 |
| Provisão para manutenção | - | - | **8.836** | 5.964 |
| Partes relacionadas | **2.090** | 2.073 | **2.778** | 2.640 |
| Obrigações sociais | - | - | **5.641** | 4.454 |
| Obrigações infraestrutura a realizar | - | - | **13.079** | 12.527 |
| Contas a pagar | **2** | 1 | **5.956** | 5.552 |
| Total do passivo circulante | **4.199** | 4.077 | **90.988** | 67.592 |
| **Não circulante** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | **1.147** | 845 |
| Debêntures | - | - | **293.234** | 279.935 |
| Fornecedores | - | - | **9.211** | 1.675 |
| Parcelamento tributário | **3.870** | 5.370 | **8.449** | 11.497 |
| Provisão para manutenção | - | - | **2.714** | 4.334 |
| Partes relacionadas | - | - | **11.054** | 16.273 |
| Tributos diferidos | - | - | **4.049** | 3.057 |
| Provisão para demandas judiciais | - | - | **6.489** | 6.082 |
| Outras contas a pagar | - | - | **7.603** | 8.862 |
| Total do passivo não circulante | **3.870** | 5.370 | **343.950** | 332.530 |
| **Patrimônio líquido** | | | | |
| Capital social | **370.486** | 370.480 | **370.486** | 370.480 |
| Reserva de capital | **14.150** | 14.150 | **14.150** | 14.150 |
| AFAC | - | 6 | - | 6 |
| Prejuízos acumulados | **(89.405)** | (90.626) | **(89.405)** | (76.476) |
| Total do patrimônio líquido | **295.231** | 294.010 | **295.231** | 294.010 |
| Total do passivo e PL | **303.301** | 303.457 | **730.169** | 694.162 |

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | - | - | **262.077** | 259.769 |
| Custo dos serviços prestados | - | - | **(186.190)** | (188.361) |
| Lucro bruto | - | - | **75.887** | 71.408 |
| Despesas gerais e administrativas | **(54)** | (216) | **(32.494)** | (20.415) |
| Resultado de equivalência patrimonial | **1.564** | 9.356 | - | - |
| | **1.510** | 9.140 | **(43.393)** | (20.415) |
| Receita financeira | **443** | 592 | **466** | 2.737 |
| Despesa financeira | **(732)** | (5.535) | **(41.645)** | (44.000) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | **(289)** | (4.943) | **(41.179)** | (41.263) |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL | **1.221** | 4.197 | **2.214** | 9.730 |
| IRPJ e CSLL correntes | - | - | - | (1.185) |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | - | **(993)** | (4.348) |
| | - | - | **(5.533)** | (5.533) |
| Lucro líquido do exercício | **1.221** | 4.197 | **1.221** | 4.197 |

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **1.221** | 4.197 | **1.221** | 4.197 |
| Total de resultado abrangente do período | **1.221** | 4.197 | **1.221** | 4.197 |

## DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reserva de capital | AFAC | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31/12/2021 | 303.971 | 14.150 | 61.406 | (94.823) | 284.704 |
| Aumento de capital social | 66.509 | - | (61.400) | - | 5.109 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 4.197 | 4.197 |
| **Saldos em 31/12/2022** | **370.480** | **14.150** | **6** | **(90.626)** | **294.010** |
| Aumento de capital | **6** | - | **(6)** | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | **1.221** | **1.221** |
| **Saldos em 31/12/2023** | **370.486** | **14.150** | - | **(89.405)** | **295.231** |

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do exercício | **1.221** | **4.197** | **1.221** | 4.197 |
| **Ajustes para** | | | | |
| Depreciação/amortização | - | - | **50.453** | 42.954 |
| Resultado de equivalência patrimonial | **(1.564)** | **(9.356)** | - | - |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | - | - | - | (5.216) |
| Provisão de manutenção | - | - | **1.252** | 1.526 |
| Provisão para demandas judiciais | - | - | **3.933** | (4.904) |
| Rendimento de aplicação financeira | - | **(592)** | **(22)** | (2.738) |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures | **732** | **5.535** | **45.407** | 36.768 |
| Baixa do ativo imobilizado | - | - | **12.415** | 2.507 |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | - | **993** | 4.348 |
| **(Aumento) redução no ativo** | | | | |
| Contas a receber | - | - | **(3.063)** | (2.201) |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - | **(1.608)** | 49 |
| Impostos a recuperar | **(143)** | **(24)** | **(198)** | (440) |
| Outros créditos | - | - | **526** | 10.140 |
| Depósitos judiciais | - | - | **(6.193)** | (2.121) |
| **(Aumento) redução no passivo** | | | | |
| Fornecedores | - | - | **9.515** | (8.198) |
| Obrigações tributárias | **(1.396)** | **(990)** | **(2.099)** | (4.990) |
| Obrigações sociais | - | - | **1.187** | (364) |
| Contas a pagar | **1** | **1** | **(1.502)** | 13.331 |
| Demandas judiciais (pagamentos) | - | - | - | (17.781) |
| Partes relacionadas | - | - | **(5.128)** | - |
| Amortização de juros de empréstimos e financiamentos | - | - | **(441)** | (4.472) |
| Caixa líquido decorrente das atividades operacionais | **(1.150)** | (1.229) | **106.648** | 62.395 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Investimentos em coligadas e Controladas | - | (5.200) | - | - |
| Aplicações financeiras | **(1.991)** | - | **5.156** | (147.475) |
| Resgate de aplicações financeiras | | 7.976 | **(7.242)** | 144.965 |
| Aquisição de imobilizado | - | - | **(5.452)** | (2.070) |
| Adição do intangível | - | - | **(89.971)** | (114.174) |
| Caixa líquido decorrente das atividades de investimento | **(1.991)** | 2.776 | **(97.509)** | (118.754) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Amortização de arrendamento | - | - | - | - |
| Integralização de capital em dinheiro | - | 5.103 | - | 5.103 |
| Recebimento de empresas ligadas, operações não comerciais | - | 100.000 | - | - |
| Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | **1.487** | 275.400 |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures | - | (100.335) | **(19.429)** | (196.181) |
| AFAC | **(1.189)** | 6 | **(1.189)** | 6 |
| Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos | **(1.189)** | 4.774 | **(19.131)** | 84.328 |
| Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa | **(4.329)** | 6.321 | **(9.992)** | 27.969 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | **6.321** | - | **30.084** | 2.115 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | **1.992** | 6.321 | **20.092** | 30.084 |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional**: A BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia" ou "BRVias") é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18/12/2007. Sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. A Companhia possui como objeto social a participação em empresas não financeiras. A Companhia iniciou suas atividades em 10/12/2010, onde todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Controlada), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana. Em 17/09/2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Controladora) firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua Controlada Dable Participações Ltda., para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S.A., detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana" ou "Controlada", por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE") realizado em 17/10/2014. Em 05/01/2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores. A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20/07/2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo. O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14/02/2033. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12/12/2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13/02/2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Controlada se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16/12/2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R$4,30 para R$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3). Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Controlada e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU. Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Controlada ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Controlada entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente. Em linha com o entendimento da Controlada, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU. Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Controlada impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15/10/2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda. Em 23/10/2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que "mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários" e em 06/11/2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP. A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04/12/2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06/11/2018. Em 11/02/2021 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21/02/2021, a Controlada opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Controlada foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Controlada interpôs Recurso de Apelação, em 15/06/2021, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal. Em 25/09/2021, a Controlada apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Controlada realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07/10/2021. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido. Em 01/03/2022, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06/03/2022 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16/12/2016. No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio ("TBP") para R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06/03/2022, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31/03/2022), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata. Embora tivesse a Controlada a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06/04/2022, de modo que a TBP voltou a ser de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos). Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2022.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31/03/2022. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14/04/2022, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 16/04/2022 a TBP é de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação. Em 16/11/2022 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11/11/2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18/11/2022 em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 18/11/2022, a tarifa de R$ 8,00 vem sendo aplicada. O novo valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2022). Em 21/07/2023 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da Transbrasiliana. De acordo com Deliberação Nº 229, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 140, a partir da zero hora do dia 28/07/2023, a tarifa básica passou de R$ 8,00 para R$ 8,90(data base: ano de 18/12/2021). Em 16/10/2023 a ANTT, conforme deliberação nº 353, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 197 aprovou, a partir da zero hora de 20/10/2023, o reajuste da tarifa básica pedágio de R$ 8,90 para R$9,40, (data-base: de 18/12/2022), em 5,90%. Vale esclarecer que os temas controvertidos da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões e, portanto, as tarifas recebidas em razão dessas alterações não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão. Em 25/08/2023 o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12/12/2023 a controlada Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19/12/2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A. e CONJUR para suas respectivas avaliações. Conforme rito estabelecido na Portaria, o processo passará por análise e deliberações do Ministério dos Transportes, ANTT e TCU. Em 31/12/2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$52.929 (R$28.206 em 31/12/2022). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de consolidação e investimento em Controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua Controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de decidir as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia controla a Transbrasiliana e, portanto, realiza a consolidação integral da Controlada. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados da Controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e a Controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) participações no capital e lucro do exercício da Controlada. O exercício social da Controlada é coincidente com o da Companhia. **2.2. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o IRPJ e CSLL diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua Controlada revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada. A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações Financeiras em 28/03/2024.

**Conselho da Administração**

**Carlo Alberto Bottarelli** — **João Villar Garcia**

**Roberto Solheid da Costa Carvalho**

**Diretoria**

**Dorival Pagani Junior** — **André Galhardo de Camargo**

**Contador**

**Daniel Fernandes –** CRC 1SP 240.382/O-6

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **BRVias Holding TBR S.A.,** Lins - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da **BRVias Holding TBR S.A.** em 31/12/2023, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 28/03/2024.

**BDO RCS**
Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

**Marcos Vinícius Galina Colombari**
Contador
CRC 1 SP-262247/O-8

***As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.***

***As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/***

# Adata Integration Brazil S.A.

CNPJ/MF nº 21.316.324/0001-03

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022** *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

## Balanço Patrimonial

| Ativo | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | **2.479** | 2.538 |
| Contas a receber de clientes | 5 | **398** | 62 |
| Partes relacionadas | 12 | **231.731** | 188.619 |
| Estoques | 6 | **27.419** | 64.741 |
| Impostos a recuperar | 7 | **11.886** | 25.506 |
| Outros créditos | | **3.652** | 7.655 |
| | | **277.565** | 289.121 |
| Não circulante | | | |
| Impostos a recuperar | 7 | **1.387** | 1.440 |
| Imobilizado | 8 | **73.409** | 66.861 |
| Direito de uso de ativos | 10 | **890** | 470 |
| Intangível | 11 | **1.713** | 3.857 |
| | | **77.399** | 72.628 |
| Total | | **354.964** | 361.749 |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | **–** | 24.237 |
| Passivo de arrendamento | 10 | **893** | 479 |
| Fornecedores | 14 | **23.474** | 50.907 |
| Impostos a recolher | 15 | **1.447** | 5.872 |
| Salários e encargos sociais | | **3.658** | 2.680 |
| Provisão de P&D | | **–** | 11.691 |
| Dividendos a pagar | | **15.110** | 21.136 |
| Outras contas a pagar | | **1.191** | 649 |
| | | **45.773** | 117.651 |
| Não circulante | | | |
| Impostos a recolher | 15 | **302** | 743 |
| | | **302** | 743 |
| Patrimônio líquido | 16 | | |
| Capital social | | **156.113** | 156.113 |
| Reserva legal | | **11.790** | 7.758 |
| Reserva para incentivos fiscais – PADIS | | **28.874** | 12.703 |
| Reserva de lucros | | **112.112** | 66.781 |
| | | **308.889** | 243.355 |
| Total | | **354.964** | 361.749 |

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Nota | Capital social | Reserva legal | Reserva para incentivo fiscal – IRPJ | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 156.113 | 6.012 | – | – | – | 162.125 |
| Reversão da reserva legal de 2021 | | – | (3.372) | – | – | 3.372 | – |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | – | – | 102.366 | 102.366 |
| Constituição da reserva legal | 16 | – | 5.118 | – | – | (5.118) | – |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 16 | – | – | 12.703 | – | (12.703) | – |
| Dividendos propostos | 16 | – | – | – | – | (21.136) | (21.136) |
| Constituição de reserva de lucros | | – | – | – | 66.781 | (66.781) | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 156.113 | 7.758 | 12.703 | 66.781 | – | 243.355 |
| Lucro líquido do exercício | | **–** | **–** | **–** | **–** | **80.644** | **80.644** |
| Constituição da reserva legal | 16 | **–** | **4.032** | **–** | **–** | **(4.032)** | **–** |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 16 | **–** | **–** | **16.171** | **–** | **(16.171)** | **–** |
| Dividendos propostos | 16 | **–** | **–** | **–** | **–** | **(15.110)** | **(15.110)** |
| Constituição de reserva de lucros | | – | – | – | 45.331 | (45.331) | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | **156.113** | **11.790** | **28.874** | **112.112** | **–** | **308.889** |

## Demonstração do Resultado

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 17 | **363.426** | 627.192 |
| Custos do produtos vendidos | 18 | **(283.813)** | (508.642) |
| Lucro bruto | | **79.613** | 118.550 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 18 | **(9.443)** | (25.400) |
| Despesas com vendas | 18 | **(5.645)** | (3.764) |
| | | **(15.088)** | (29.164) |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos | | **64.525** | 89.386 |
| Resultado financeiro líquido | 19 | **22.158** | 17.423 |
| Lucro antes dos impostos | | **86.683** | 106.809 |
| Impostos de renda e contribuição social | 20 | **(6.039)** | (4.443) |
| Lucro líquido do exercício | | **80.644** | 102.366 |

## Demonstração do Resultado Abrangente

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | | 80.644 | 102.366 |
| Outros resultados abrangentes | | – | – |
| Total do resultado abrangente do exercício | | **80.644** | 102.366 |

## Demonstração dos Fluxos de caixa

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 80.644 | 102.366 |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais | | |
| Depreciações e amortizações | 16.306 | 14.548 |
| Perdas estimadas em clientes | (357) | – |
| Perdas estimadas nos estoques | (412) | (370) |
| Baixa de imobilizado e intangível | 1 | 1.451 |
| Provisão de juros sobre empréstimos | 11 | 4.683 |
| | **96.193** | 122.678 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Clientes | 21 | 392 |
| Estoques | 37.734 | 3.821 |
| Impostos a recuperar | 13.674 | (5.476) |
| Outros Créditos e adiantamentos | 4.002 | (201) |
| Outros Créditos e Operação de NDF | – | (2.614) |
| Fornecedores | (27.433) | (48.329) |
| Transações com partes relacionadas | (43.111) | (51.057) |
| Impostos a recolher | (4.866) | 4.651 |
| Salários e encargos sociais | 978 | (1.003) |
| Outras contas a pagar | (11.151) | (1.948) |
| Pagamentos de juros sobre empréstimos | (237) | (6.729) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | **65.804** | 14.185 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (19.351) | (8.028) |
| Aplicação financeira | – | 2.000 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento | **(19.351)** | (6.028) |
| Fluxo de caixa nas atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | – | 28.000 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (24.000) | (37.520) |
| Pagamentos de passivo de arrendamento | (1.376) | (960) |
| Pagamento de dividendos | (21.136) | – |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos | **(46.512)** | (10.480) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | **(59)** | (2.323) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **2.538** | 4.861 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | **2.479** | 2.538 |

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADATA Integration Brazil S.A. iniciou suas atividades industriais em 2017 tendo como principal produto o Circuito Integrado (IC) com o benefício fiscal do PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores) tendo, portanto, suspensão de IPI, PIS/COFINS e diferimento de ICMS pelo Regime Especial 7758/2015, além da redução do Imposto de Renda dependendo da apuração do Lucro da Exploração. Tem como principal cliente a ADATA Electronics Brazil S.A. que é detentora do benefício fiscal do PPB. Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia: Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor da Companhia. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias. Impactos do conflito entre Israel e Hamas para os negócios da Companhia: Em 7 de outubro de 2023, o grupo radical islâmico Hamas, considerado terrorista pelos Estados Unidos e a União Europeia, bombardeou Israel, em um ataque terrorista, deixando centenas de mortos. A região da guerra é a maior produtora de energia do mundo, contendo 48% das reservas conhecidas de petróleo e, no ano passado, foi a origem de 33% do petróleo mundialmente consumido. Num cenário de continuidade no conflito, sem uma escalada, pode ter impacto no preço do petróleo, e, por consequência, nos preços dos combustíveis e na inflação em todo o mundo. A possível elevação do preço do petróleo no mercado internacional pode elevar a inflação no Brasil. A commodity é um dos produtos de maior impacto inflacionário, já que a cadeia produtiva tem o combustível como matéria-prima para o transporte, e, em alguns casos, também para a produção. Até o momento as operações da Companhia não foram significativamente afetadas pelo conflito, contudo a Administração segue acompanhando os desdobramentos da guerra e avaliando potenciais impactos para suas demonstrações financeiras.

### 2. BASE PARA PREPARAÇÃO

**2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras, autorizando sua conclusão em 29 de fevereiro de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da fundação. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.3. Moeda estrangeira:** Transações e saldos em moeda estrangeira: Todas as transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda local pela taxa de câmbio no tempo de cada transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira também são convertidos em moeda local pela taxa de câmbio a partir da data do balanço. As perdas e os ganhos de taxa de câmbio sobre ativos e passivos são registrados na demonstração do resultado do exercício. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Conforme o IFRS 9/CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9/CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por contas a receber de clientes (Nota 5), partes relacionadas (Nota 11), ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos (Nota 20), classificadas como mensuradas subsequentemente a VJR. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou foresignado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota 13), empréstimos e financiamentos (Nota 12) e contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*): Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Outros passivos financeiros: Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem recursos disponíveis, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. **3.3. Estoques:** São apresentados pelo custo de aquisição, adicionados aos custos de fabricação para a elaboração dos produtos, não sendo superiores ao valor de mercado. Os estoques são deduzidos da provisão para obsolescência, estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de utilizar todo o estoque existente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Adicionalmente, é estimada a provisão para perda de estoque com giro lento com base nos percentuais definidos pela Administração que variam de 20% a 100%, de acordo com o tempo sem movimentação. **3.4. Imobilizado:** É registrado pelo custo de aquisição e sujeito a testes de recuperabilidade. As depreciações acumuladas foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo seu valor à vista ou ajustado ao valor presente da respectiva obrigação de acordo com o IFRS 16. **3.5. Intangível:** As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e trazer o software para uso específico. Esses custos são amortizados em relação às vidas úteis usando o método linear. **3.6. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A Companhia é tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R$240 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e apurado pela organização de forma trimestral. Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) Impactos na base do IRPJ decorrente do benefício governamental do PADIS: A Companhia, em razão de sua atuação como fabricante de circuitos integrados, possui o benefício fiscal do PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores) tendo a redução do Imposto de Renda dependendo da apuração do Lucro da Exploração. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público deverão constituir reserva de incentivos fiscais a partir dos lucros acumulados do exercício corrente, ajustados de prejuízos acumulados se existirem. Em 2023 e 2022 o lucro da exploração apurado decorrentes da subvenção governamental, reduziu a zero o IRPJ, exceto pelo 3º trimestre de 2023 e 4º trimestre de 2022 que apurou ainda IRPJ. iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.8. Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. **3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos incorridos até a data do balanço patrimonial. **3.10. Reconhecimento de receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas pela Companhia à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **3.11. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*):** Os ativos são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não existem indicadores internos ou externos de desvalorização. **3.12. Ajustes a valor presente:** A Companhia analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante. Portanto, não houve impacto dessa natureza nas demonstrações financeiras. **3.13. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e os custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o contratante. **3.14. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O benefício se refere à redução do IRPJ devido, após o cálculo do lucro da exploração cujo benefício objetiva reduzir ou zerar o recolhimento do imposto. A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício advindo do PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores) tendo a redução do Imposto de Renda dependendo da apuração do Lucro da Exploração. Instituído na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS compõe parte das políticas públicas industrial e de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) buscando beneficiar, nos termos da citada Lei e de sua regulamentação, pessoas jurídicas (empresas) que realizem investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nos setores de semicondutores e displays (mostradores de informação). O PADIS objetiva fomentar a implantação e a manutenção no País de pessoas jurídicas que exerçam as atividades de concepção, desenvolvimento, projeto e fabricação de dispositivos semicondutores ou displays. Nos termos da Lei nº 11.484, de 2007, e de seu regulamento, o PADIS pode proporcionar os seguintes benefícios: Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, à pessoa jurídica habilitada no PADIS, de: • Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado da adquirente, destinados às atividades especificadas na legislação do programa; e • Ferramentas computacionais (softwares) e insumos das atividades especificadas na legislação do programa. Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a importação realizada por pessoa jurídica habilitada no PADIS de: • Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado da adquirente, destinados às atividades especificadas na legislação do programa; e • Ferramentas computacionais (softwares) e insumos das atividades especificadas na legislação do programa. Redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente na importação realizada por pessoa jurídica habilitada no PADIS, ou na saída do estabelecimento industrial ou equiparado em razão de aquisição efetuada no mercado interno por pessoa jurídica habilitada no PADIS, de • Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado da adquirente, destinados às atividades especificadas na legislação do programa; e • Ferramentas computacionais (softwares) e insumos das atividades especificadas na legislação do programa. Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação – II incidente sobre: • Matéria-prima e insumos importados por pessoa jurídica habilitada no PADIS; e • Máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e ferramentas computacionais (softwares), para incorporação ao seu ativo imobilizado, destinados às atividades especificadas na legislação do programa. Redução a zero da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, nas remessas destinadas ao exterior para pagamento de contratos relativos à exploração de patentes ou de uso de marcas e os de fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica habilitada no PADIS e vinculadas às atividades especificadas na legislação do programa. Redução em cem por cento das alíquotas do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e do adicional incidentes sobre o lucro da exploração relativo às vendas, efetuadas por pessoa jurídica habilitada no PADIS, de: • Componentes ou dispositivos eletrônicos semicondutores; • Displays, como delineados na Lei nº 11.484, de 2007, e seu regulamento; • Insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de componentes ou dispositivos eletrônicos semicondutores; ou • Projeto (design). O valor do imposto que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. • Crédito financeiro calculado com base no dispêndio efetivamente aplicado no trimestre anterior em atividades de PD&I. Cabe observar que, para usufruir das reduções de alíquotas acima referidas, a pessoa jurídica deverá demonstrar em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem receitas, custos, despesas e resultados do período de apuração, referentes às vendas sobre as quais recaia a redução, segregados das demais atividades. **3.15. Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) – Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **3.16. Novas normas e interpretações:** 3.16.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável) • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração: A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram

*continua …*

*... continuação*

**Adata Integration Brazil S.A.**

impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:* As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia e nem na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que ainda não começou a gerar receita e não tem expectativa que ela seja superior a 750 milhões de euros por ano. 3.16.2. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. 3.16.2. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)* Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and *leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2021, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas, quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) :* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não tinha registrado em seu balanço patrimonial nenhum saldo relacionado a imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um business contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por impairment.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa | **2** | – |
| Bancos | **2.477** | 2.538 |
| Caixa e equivalentes de caixa | **2.479** | 2.538 |

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Clientes nacionais | **756** | 62 |
| (-) Provisão parra perdas de créditos esperadas | **(358)** | (1) |
| | **398** | 62 |

Abaixo aging list para melhor análise dos saldos a receber:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| A Vencer | **–** | – |
| Vencidos: | | |
| De 1 a 30 dias | **–** | 62 |
| De 31 a 60 dias | **–** | – |
| Acima de 60 dias | **756** | – |
| | **756** | 62 |

As movimentações da provisão para perdas esperadas estão demonstradas a seguir:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Em 1º de janeiro | **(1)** | (1) |
| Constituição | **(358)** | (10) |
| Reversão | **1** | 10 |
| Em 31 de dezembro de | **(358)** | (1) |

## 7. ESTOQUES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matéria-prima | **17.881** | 34.995 |
| Produtos acabados | **6.003** | 24.396 |
| Semi-acabados | **2.128** | 5.112 |
| Estoque em trânsito | **4** | – |
| Peças de reposição | **2.571** | 1.818 |
| | **28.587** | 66.321 |
| Provisão para realização de estoque | (1.168) | (1.580) |
| | **27.419** | 64.741 |

As movimentações das perdas com estoques estão assim representadas:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | **(1.580)** | |
| Adições | **(4.156)** | (3.609) |
| Baixas | **4.568** | 2.030 |
| Saldo final | **(1.168)** | (1.579) |

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| PADIS | **6.559** | 18.680 |
| ICMS | **2.922** | 2.617 |
| ICMS CREDAC | **51** | 1.253 |
| ICMS CIAP | **2.904** | 2.948 |
| IRPJ/CSLL | **771** | 598 |
| Outros | **66** | 850 |
| | **13.273** | 26.946 |
| Circulante | **11.886** | 25.506 |
| Não circulante | **1.387** | 1.440 |
| | **13.273** | 26.946 |

## 9. ATIVO IMOBILIZADO

| | | | | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Taxa de depreciação % a.a. | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Móveis. utensílios e instalações | 10% | **1.657** | **(1.283)** | **374** | 410 |
| Computadores e periféricos | 20% | **1.851** | **(1.763)** | **88** | 20 |
| Moldes e ferramentas | 10% | **70** | **(52)** | **18** | 13 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | **38.561** | **(26.118)** | **12.443** | 16.039 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | **80.750** | **(42.405)** | **38.345** | 43.844 |
| Outros equipamentos | 10% | **7.704** | **(1.938)** | **5.766** | 6.535 |
| Adiantamentos a fornecedores (a) | – | **11.266** | **–** | **11.266** | – |
| Ativo imobilizado em andamento (a) | – | **5.106** | **–** | **5.106** | – |
| | | **146.965** | **(73.559)** | **73.406** | 66.861 |

(a) Valores decorrentes da nova tecnologia DDR5 que será ativada no próximo período. A movimentação do custo e da depreciação do imobilizado, no exercício de 2023 está demonstrada no quadro abaixo:

| Descrição | 2022 | Adições | Baixas | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Móveis. utensílios e instalações | 1.621 | **37** | **(0)** | **1.658** |
| Computadores e periféricos | 1.798 | **81** | **(28)** | **1.851** |
| Moldes e ferramentas | 63 | **7** | **–** | **70** |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 38.238 | **323** | **–** | **38.561** |
| Máquinas e equipamentos | 78.225 | **2.525** | **–** | **80.750** |
| Outros equipamentos | 7.700 | **4** | **–** | **7.704** |
| Ativo Imobilizado em andamento | – | **5.109** | **–** | **5.109** |
| Adiantamento a fornecedores | – | **11.266** | **–** | **11.266** |
| **Custo** | 127.645 | **19.352** | **(28)** | **146.969** |
| Móveis. utensílios e instalações | (1.211) | **(73)** | **–** | **(1.284)** |
| Computadores e periféricos | (1.778) | **(12)** | **28** | **(1.762)** |
| Moldes e ferramentas | (50) | **(2)** | **–** | **(53)** |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (22.199) | **(3.919)** | **–** | **(26.118)** |
| Máquinas e equipamentos | (34.381) | **(8.024)** | **–** | **(42.405)** |
| Outros equipamentos | (1.165) | **(772)** | **–** | **(1.938)** |
| **Depreciação acumulada** | (60.784) | **(12.804)** | **28** | **(73.560)** |
| | 66.861 | **6.548** | **–** | **73.409** |

| Descrição | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Móveis. utensílios e instalações | 1.542 | 79 | – | 1.621 |
| Computadores e periféricos | 1.791 | 7 | – | 1.798 |
| Moldes e ferramentas | 63 | – | – | 63 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 38.238 | – | – | 38.238 |
| Máquinas e equipamentos | 74.752 | 3.473 | – | 78.225 |
| Outros equipamentos | 3.297 | 4.403 | – | 7.700 |
| **Custo** | 119.683 | 7.962 | – | 127.645 |
| Móveis. utensílios e instalações | (1.050) | (161) | – | (1.211) |
| Computadores e periféricos | (1.611) | (167) | – | (1.778) |
| Moldes e ferramentas | (45) | (5) | – | (50) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (18.295) | (3.904) | – | (22.199) |
| Máquinas e equipamentos | (26.658) | (7.723) | – | (34.381) |
| Outros equipamentos | (521) | (644) | – | (1.165) |
| **Depreciação acumulada** | (47.235) | (12.604) | – | (60.784) |
| | 72.448 | (4.642) | – | 66.861 |

## 10. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos de arrendamentos vigentes representados pelos aluguéis de máquinas para uma linha de produção localizada na fábrica de Santo Antônio de Posse – São Paulo. Direito de uso de ativos

| | | | | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Taxa de depreciação % a.a. | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Arrendamentos – direito de uso | **20 a 50%** | **4.598** | **(3.708)** | **890** | 470 |

Movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é:

| Descrição | 2022 | Adições | Baixas | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 2.818 | **1.780** | **–** | **4.598** |
| Amortização | (2.348) | **(1.360)** | **–** | **(3.708)** |
| | 470 | **420** | **–** | **890** |

| Descrição | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 2.818 | – | – | 2.818 |
| Amortização | (1.409) | (939) | – | (2.348) |
| | 1.409 | (939) | – | 470 |

Passivo de arrendamento

| Descrição | 2022 | Adições | Pagamentos | Juros | Transferência | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curto prazo | 479 | **1.779** | **(1.376)** | **11** | **–** | **893** |
| | 479 | **1.779** | **(1.376)** | **11** | **–** | **893** |

| Descrição | 2021 | Adições | Pagamentos | Juros | Transferência | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curto prazo | 946 | – | (960) | 14 | 479 | 479 |
| Longo prazo | 479 | – | – | – | (479) | – |
| | 1.425 | – | (960) | 14 | – | 479 |

## 11. INTANGÍVEL

| | | | | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Taxa de depreciação % a.a. | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Direito de uso – patentes | 20% | **12.535** | **(11.062)** | **1.473** | 3.534 |
| Software | 20% | **1.072** | **(832)** | **240** | 323 |
| | | **13.607** | **(11.894)** | **1.713** | 3.857 |

Abaixo detalhamos a movimentação do custo do ativo intangível em 2023 e 2022:

| Descrição | 2022 | Adições | Baixas | Transferência | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Patentes e direito de uso | 11.012 | – | – | **1.524** | **12.536** |
| Software | 954 | – | – | **118** | **1.072** |
| **Custo** | 11.966 | **–** | **–** | **1.642** | **13.608** |
| Amortização acumulada | (8.109) | **(2.144)** | **–** | **(1.642)** | **(11.895)** |
| | 3.857 | **(2.144)** | **–** | **–** | **1.713** |

| Descrição | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Patentes e direito de uso | 12.463 | – | (1.451) | 11.012 |
| Software | 888 | 66 | – | 954 |
| **Custo** | 13.351 | 66 | (1.451) | 11.966 |
| Amortização acumulada | (7.103) | (1.006) | – | (8.109) |
| | 6.248 | (940) | (1.451) | 3.857 |

## 12. PARTES RELACIONADAS

Em 2023 e 2022 as transações com partes relacionadas referiam-se a compras e vendas de produtos sendo realizadas a preços, prazos e condições definidas entre as partes.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo – contas a receber** | | |
| ADATA Eletronics Brazil S.A. | **231.731** | 188.619 |
| | **231.731** | 188.619 |
| **Resultado – Vendas** | | |
| ADATA Eletronics Brazil S.A. | **401.708** | 689.468 |
| | **401.708** | 689.468 |

Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, totaliza R$1.773 em 2023 (R$947 em 2022).

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Instituição | Modalidade | Taxas (a.a) | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Banco Itaú | Capital de giro | 16.80-17.49% | **–** | 24.237 |
| | | | **–** | 24.237 |

Em 2022, um dos empréstimos junto ao banco Itaú teve garantia Stand-by, composto por duas cartas de USD 5 milhões com o aval da Matriz. Os demais empréstimos e financiamentos não tiveram a exigência de garantias, assim como não possuem cláusulas restritivas. Em 2023 todos os empréstimos foram 100% liquidados. Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | **24.237** | 33.521 |
| Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento: | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | **–** | 28.000 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | **(24.000)** | (37.520) |
| Variação cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento | | |
| Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento | **237** | 24.001 |
| Outros itens: | | |
| Provisão de despesas com juros e variação cambial | **–** | 6.965 |
| Pagamento de juros e variação cambial | **(237)** | (6.729) |
| Total de outros itens | **(237)** | 236 |
| Saldo em 31 dezembro do ano corrente | **–** | 24.237 |

## 14. FORNECEDORES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Nacionais | **1.081** | 2.750 |
| Estrangeiros | **22.393** | 48.157 |
| | **23.474** | 50.907 |

## 15. IMPOSTOS A RECOLHER

| Circulante | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| IRPJ/CSLL | – | 2.658 |
| ICMS Art.29 | 486 | 821 |
| Outros impostos | 961 | 2.393 |
| | **1.447** | **5.872** |
| Não circulante | | |
| Outros impostos | **302** | **743** |
| | **302** | **743** |

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**16.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital social era composto por 156.113.298 ações totalmente integralizadas com valor nominal no valor de R$1.00 cada totalizando R$156.113.

| | 2023 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade ações | Valor | Quantidade ações | Valor |
| 3T Participações e Gestão Ltda. | **2.450.400** | **24.504** | 2.450.400 | 24.504 |
| Machdata Intermediação de Negócios Ltda. | **13.160.900** | **131.609** | 13.160.900 | 131.609 |
| | **15.611.300** | **156.113** | 15.611.300 | 156.113 |

Reserva Legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por ações na base de 5% do líquido de cada exercício até atingir, isoladamente 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido do saldo da reserva de capital, sendo constituído o montante de R$4.032 em 31 de dezembro de 2023 (Em 31 de dezembro 2022 foi de R$5.118). **16.2. Reserva de incentivos fiscais:** De acordo com o CPC 07 (R1), em 2023 foi constituída a reserva de Incentivos Fiscais do PADIS, que está relacionada ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Industria de Semicondutores no valor de R$16.171 (Em 31 de dezembro de 2022 R$12.703). Esta reserva basicamente refere-se ao montante apurado e não pago de Imposto de Renda sobre o Lucro, em benefício deste programa. O programa ainda concede um Crédito Financeiro, refletido e evidenciado na Nota 17 – Resultado financeiro líquido. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de lucros a realizar e o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço anual e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram propostos R$15.110 (Em 31 de dezembro de 2022 R$21.136) como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **80.644** | 102.366 |
| (-) Reserva legal – 5% | **(4.032)** | (5.118) |
| (-) Reserva incentivos fiscais | **(16.171)** | (12.703) |
| Lucro líquido do exercício ajustado | **60.441** | 84.545 |
| Dividendos – 25% | **15.110** | 21.136 |

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita bruta de vendas com benefício | **418.224** | 692.712 |
| Receita de exportação | **1.573** | – |
| | **419.797** | 692.712 |
| **Deduções da receita bruta** | | |
| Impostos | **(39.739)** | (62.276) |
| Devoluções e abatimentos | **(16.632)** | (3.244) |
| | **(56.371)** | (65.520) |
| **Receita operacional líquida** | **363.426** | 627.192 |

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matérias-primas. produtos acabados e em elaboração | **(242.744)** | (465.143) |
| Depreciação e amortização | **(16.305)** | (16.069) |
| Salários e encargos | **(26.040)** | (23.774) |
| Despesa de P&D | **3.617** | (13.106) |
| Utilidades | **(2.046)** | (2.520) |
| Manutenção | **(2.054)** | (2.958) |
| Serviços prestados por terceiros | **(3.809)** | (2.405) |
| Material de uso e consumo | **(5.807)** | (8.150) |
| Seguros | **(1.120)** | (1.003) |
| Despesa com viagens | **(489)** | (129) |
| Telecomunicações | **(132)** | (77) |
| Aluguéis e condomínios | **(338)** | (324) |
| Perdas estimadas com clientes | **(358)** | (0) |
| Perdas estimadas nos estoques | **412** | 371 |
| Despesa com fretes | **(876)** | (1.018) |
| Outros | **(812)** | (1.501) |
| | **(298.901)** | (537.806) |
| Custos dos produtos vendidos | **(283.813)** | (508.642) |
| Despesas administrativas | **(9.443)** | (25.400) |
| Despesas com vendas | **(5.645)** | (3.764) |
| | **(298.901)** | (537.806) |

## 19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Variação cambial ativa | **12.305** | 17.872 |
| Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF) – Nota 20 | **335** | 6.467 |
| Descontos obtidos | **2** | 7 |
| Crédito financeiro (a) | **16.904** | 37.545 |
| Rendimento sobre aplicação financeira | **7** | 89 |
| Outras receitas | **436** | 164 |
| | **29.989** | 62.144 |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variação cambial passiva | **(6.818)** | (10.609) |
| Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF) – Nota 20 | **–** | (25.063) |
| Despesa de juros | **(1.019)** | (8.136) |
| Outras despesas | **6** | (913) |
| | **(7.831)** | (44.721) |
| **Total** | **22.158** | 17.423 |

a) Crédito Financeiro: A Lei Nr. 14.302 de 7 janeiro de 2022 altera a Lei Nr. 11.484 de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Industria de Semicondutores (PADIS) e de outras providências. Pessoa jurídica se beneficia do PADIS onde fará jus a crédito financeiro calculado sobre o dispêndio efetivamente aplicado no trimestre anterior e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação até 31 de dezembro de 2026. Em decorrência do benefício mencionado acima, no resultado do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou em suas informações financeiras individuais o montante de R$16.904 (R$37.545 em 2022), no grupo de Receitas financeiras.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | **86.683** | 106.809 |
| Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais – 34% | **(29.472)** | (36.315) |
| Subvenção governamental (crédito financeiro – PADIS) | **14.215** | 3.372 |
| Variação cambial | **–** | (2.382) |
| Outras adições/exclusões temporárias | **4.635** | (2.387) |
| Outras adições/exclusões permanentes | **3.764** | 4.598 |
| Prejuízo fiscal | **575** | 1.969 |
| IRPJ reduzido pelo lucro da exploração | **–** | 26.702 |
| Outros | **244** | – |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | **(6.039)** | (4.443) |
| Imposto de renda e contribuição social – corrente | **(6.039)** | (4.443) |
| Imposto de renda e contribuição social – diferido | **–** | – |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | **(6.039)** | (4.443) |
| Alíquota efetiva | **7%** | 4% |

## 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, porém de baixo volume e valores imateriais. Em 31 de dezembro de 2023 totalizam em 6 processos, sendo 1 possível, 4 provável e 1 remoto (possíveis R$44 e provável R$275). São desconhecidos processos de natureza tributária ou cível que devessem estar registrados ou divulgados nessas demonstrações financeiras. Julgamento STF – "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Contingências: A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo** | | |
| Operação de ativos financeiros (NDF) | **–** | – |
| Operação de passiva financeiros (NDF) | **–** | – |
| **Resultado** | | |
| Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | **335** | 6.467 |
| Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | **–** | (25.063) |
| **Total** | **335** | (18.596) |

| Item | 2023 Valor Livro | 2023 Valor nominal | 2022 Valor Livro | 2022 Valor nominal |
|---|---|---|---|---|
| NDF* (Compra em USD/Vende R$) | – | – | – | – |

*NDF (Termo de moeda sem entrega física): Durante 2022, houve uma compra NDF de USD 185 milhões, realizou USD 174 milhões e obteve uma perda de R$10.280. Não realizou de NDF USD 11 milhões e teve de ganho não realizado no valor de R$794 baseado em uma marcação de mercado reconhecida em 31 de dezembro de 2022. Em 2023 houve uma compra de NDF de USD 5 milhões, realizou USD 5 milhões e obteve um ganho de R$ 335.

## 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gerenciamento dos riscos financeiros: A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de câmbio • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. 1) *Risco de Crédito:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e distribuidores. Para reduzir este tipo de risco a Companhia realiza análise de crédito individual de seus clientes com base em análise potencial de vendas histórico de risco e inadimplência, dados das agências de risco e de mercado. 2) *Risco de taxa de câmbio:* Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de câmbio tendo em vista que as mercadorias vendidas são quase que na totalidade importadas. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros de proteção ao câmbio. A gestão do risco de taxa de câmbio é efetuada em conjunto com o risco de mercado por conta das alterações nos preços de mercado. A Companhia utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros. Monitorando também o nível esperado de entradas por fluxo de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. 3) *Risco de liquidez:* Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

*continua ...*

# Publicidade Legal

... continuação

## Adata Integration Brazil S.A.

| | Saldo Contábil | Fluxo Financeiro | Até três meses | De quatro a 12 meses | Entre um e cinco anos | Acima de cinco anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2023** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Passivos de arrendamento | **893** | **893** | **445** | **447** | | |
| Fornecedores | **23.766** | **23.766** | **23.766** | **–** | **–** | **–** |
| Outros passivos | 1.192 | 1.192 | 1.192 | – | – | – |
| | **25.851** | **25.851** | **25.403** | **447** | **–** | **–** |

| | Saldo Contábil | Fluxo Financeiro | Até três meses | De quatro a 12 meses | Entre um e cinco anos | Acima de cinco anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 24.237 | 24.237 | 24.237 | – | – | – |
| Passivos de arrendamento | 479 | 480 | 480 | 202 | | |
| Fornecedores | 50.907 | 50.907 | 50.705 | – | – | – |
| Outros passivos | 12.340 | 12.340 | 12.340 | – | – | – |
| | 87.963 | 87.964 | 87.762 | 202 | – | – |

4) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações) impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DE VALOR JUSTO E CONTÁBIL**

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

| Consolidado | 2023 Valor contábil | 2023 Valor Justo | 2022 Valor contábil | 2022 Valor justo | Mensuração a valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | **2.479** | **2.479** | 2.538 | 2.538 | Nível 2 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 5) | **398** | **398** | 62 | 62 | Nível 2 |
| Outros créditos | **3.652** | **3.652** | 7.655 | 7.655 | |
| **Passivos financeiros** | | | | | Nível 2 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores (Nota 14) | **23.474** | **23.474** | 50.907 | 50.907 | Nível 2 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | **–** | **–** | 24.237 | 24.237 | Nível 2 |
| Passivo de arrendamentos (Nota 10) | **893** | **893** | 479 | 479 | Nível 2 |

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

**25. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais (DTO) para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros. a qual foi determinada pela administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**DIRETORIA**

**Paulo Afonso Frias Trindade Junior** – Presidente

**CONTADOR**

**Mauricio Alaby** - CRC 1SP 328.794/O-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e aos acionistas da
**ADATA Integration Brazil S.A.** – Santo Antônio de Posse-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ADATA Integration Brazil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ADATA Integration Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de fevereiro de 2024.

**Ernst & Young**
**Auditores Independentes S.S. Ltda.** – CRC SP - 027.623/F

**Cristiane Cléria S. Hilário**
Contadora – CRC SP - 243.766/O

## CF VI Logística S.A.

CNPJ nº 20.711.584/0001-10

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022**

*(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

| Ativo | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Circulantes** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2 |
| Aplicações financeiras | 1.048 | 1.054 |
| Impostos a recuperar | 56 | 23 |
| Outros valores a receber | 473 | 473 |
| **Total dos ativos circulantes** | **1.580** | **1.552** |
| **Total dos ativos** | **1.580** | **1.552** |
| **Passivo e patrimônio líquido** | | |
| **Circulantes** | | |
| Obrigações tributárias | 1 | 1 |
| **Total dos passivos circulantes** | **1** | **1** |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social | 4.100 | 4.100 |
| Lucros / (prejuízos) acumulados | (2.521) | (2.549) |
| **Total do patrimônio líquido** | **1.579** | **1.551** |
| **Total dos passivos e PL** | **1.580** | **1.552** |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Despesas operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas | (99) | (153) |
| **Prejuízo operacional antes do resultado financeiro** | **(99)** | **(153)** |
| Resultado financeiro | 132 | 121 |
| **Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL** | **33** | **(32)** |
| IRPJ e CSLL | (5) | (12) |
| **Lucro (prejuízo) do exercicio** | **28** | **(44)** |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | 28 | (44) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **28** | **(44)** |

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 2021** | **4.100** | **(2.505)** | **1.595** |
| Prejuízo do exercício | - | (44) | (44) |
| **Saldos em 2022** | **4.100** | **(2.549)** | **1.551** |
| Prejuízo do exercício | - | 28 | 28 |
| **Saldos em 2023** | **4.100** | **(2.521)** | **1.579** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício antes do IRPJ e da CSLL** | 33 | (32) |
| **Redução (aumento) nos ativos operacionais:** | | |
| Impostos a recuperar | (33) | 7 |
| **(Redução) aumento nos passivos operacionais:** | | |
| Obrigações tributárias | - | (3) |
| IRPJ e CSLL | (5) | (14) |
| **Caixa aplicado nas atividades operacionais** | (5) | (42) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** | **(5)** | **(42)** |
| Aplicações financeiras | 6 | 42 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **6** | **42** |
| **Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **1** | **-** |
| Caixa e equiv. de caixa no início do exercício | 2 | 2 |
| Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício | 3 | 2 |
| **Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **1** | **-** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A CF VI Logística S.A. ("CF VI" ou "Companhia"), foi constituída em 02/05/2014 e iniciou suas operações em 22/09/2016 com o propósito de desenvolver, alugar, gerenciar e ser proprietária de ativos imobiliários. Em agosto de 2018 a CFVI adquiriu um terreno localizado na cidade de Franco da Rocha, no Estado de São Paulo, a posse do terreno ainda não era da CF VI devido as cláusulas contratuais do Instrumento de Promessa de Venda/Compra. A empresa obteve posse do terreno em novembro de 2018. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Moeda funcional e de apresentação** As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$). **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas. As principais estimativas contábeis referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, das propriedades para investimento e dos itens do intangível e à constituição da provisão para riscos legais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

**DIRETORIA**

**Roberto Miranda de Lima** - Diretor Presidente
**Fabio Arbex Suzuki** - Diretor

**Fernando Lucas Correa da Silva**
Contador - CRC SP262012/O-1

***As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/***

## Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

**Ata de Reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2024**

**Data/Hora/Local:** 26/03/2024, 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e presenças**: A totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa Diretora**: Presidente, Sr. Marcos de Barros Cruz, Diretor Geral, e Sr. Mauricio Gabriel Guimarães Siqueira de Vasconcelos Galvão, Secretário. **Deliberações aprovadas: 5.1.** Aprovar o aporte de capital a ser feito em favor da Unidade da Companhia no Paraguai **("Nitro Química Paraguay S.A.")**, no valor de US$ 26,174.32, cujos instrumentos da operação ficarão arquivados na sede da Companhia. **5.2.** A Ata desta reunião será lavrada na forma de forma sumária. Nada mais. São Paulo/SP, 26/03/2024. JUCESP nº 141.348/24-0 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024**

**Data/Hora/Local:** 28/03/2024, 9hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presentes todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas: 5.1.** Aprovou os créditos de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao 1º trimestre do exercício de 2024, no valor de **R$ 7.028.188,14**, conforme balanço levantado no período de 01 de janeiro a 31/03/2024. **a.** A data do pagamento da remuneração ora deliberada será definida oportunamente pela administração da Companhia, com prazo limite de até 31/12/2024. **b.** Farão jus ao referido JCP os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, conforme espécie e classe de ações detidas e de acordo com as regras e parâmetros estabelecidos no Estatuto Social. **c.** Quando definido, o valor será pago sem remuneração ou atualização monetária, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas, líquido da retenção de 15% de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. Nada mais. São Paulo/SP, 28/03/2024. JUCESP nº 141.417/24-9 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Bonsucesso Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 18.269.534/0001-83 – NIRE 35.227.624.016

**Extrato da Ata de Redução do Capital Social**

**Data/Hora/Local:** 14/03/2024, às 11hs, na sede da Companhia. **Presença:** A totalidade dos sócios da Companhia. **Mesa:** Guilherme Sallum Nahas, Presidente; Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar, Secretária. **Deliberações aprovadas: 1.** Lavrar a presente Ata em forma de sumário. **2.** As sócias **Diálogo Engenharia e Construção S.A**., representada por seus diretores, **Guilherme Sallum Nahas**, e **Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar**; e **Itasol Empreendimentos e Participações Ltda**., representada por seus sócios administradores, Sr. **Edgard Karnick Nahas**, e Sr. **Ricardo Solimeno**; **Deliberam** pela **Reduçao do Capital Social** da sociedade, de R$ 500.000,00 para R$ 5.000,00, redução no valor de R$ 495.000,00, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, com restituição de parte do valor das quotas aos sócios. Nada mais. São Paulo, 14/03/2024.

## REC Guarulhos S.A.

CNPJ/ME nº 08.730.884/0001-41 – NIRE 35.300.340.680

**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05 de junho de 2023**

**Data, Hora e Local:** Em 05/06/2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, face à presença de representantes de 100% do capital social. **Mesa: Presidente:** Dani Ajbeszyc; e **Secretário:** Rômulo Otoni Andrade. **Deliberações:** Os presentes aprovaram, por unanimidade: (i) em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31/12/2022. (ii) o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2022, no valor de R$23.463.818,02 será destinado da seguinte forma: (i) R$1.173.190,90 para a reserva legal; (ii) R$1.510.334,55 para a conta de reserva de lucro; (iii) R$5.572.656,78 como dividendos a distribuir até 31/12/2023; e (iv) R$15.207.635,79 como juros sobre capital próprio a serem distribuídos até 31/12/2023. (iii) a reeleição dos seguintes Diretores: (a) **Mauro Oliveira Dias**, RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ e CPF/MF nº 820.424.547-53, ao cargo de Diretor Presidente; (b) **Ricardo Gianotti Antoneli**, RG nº 20.637.117 SSP/SP e CPF/MF nº 302.930.948-70, ao cargo de Diretor sem designação específica; (c) **Cleber Saccoman**, RG nº 22.142.519-6 SSP-SP e CPF/MF nº 177.408.698-05, ao cargo de Diretor sem designação específica; (d) **Rômulo Otoni Andrade,** RG nº 12.693.054-4 SSP/RJ e CPF/MF nº 042.037.147-88, ao cargo Diretor sem designação específica; (e) **Dani Ajbeszyc**, RG nº 18.428.539 SSP/SP e CPF/MF nº 250.951.278-14, ao cargo de Diretor Financeiro; (f) **Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitzky**, RG nº 32.123.341-4 SSP/SP e CPF/MF nº 219.821.388-58, ao cargo de Diretora sem designação específica; e (g) **Rafael Hessel Bruce**, RG nº 19.514.819-8 SSP/SP, e CPF/ME nº 322.514.188-73, ao cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade, cujo mandato deverá vigorar pelo prazo de dois anos, a partir desta data. (iv) a eleição do **André Tagliassachi Gavazza**, RG nº 23.162.036-6 e CPF/ME nº 303.398.138-06, ao cargo de Diretor sem designação específica, cujo mandato deverá vigorar pelo prazo de dois anos, a partir de 01/05/2023. Os Diretores ora eleitos e reeleitos assinaram seus respectivos termos de posse. (i) em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração do Artigo 14 do Estatuto Social, de forma que a administração seja composta por uma Diretoria constituída por, no mínimo 2 e, no máximo, 8 diretores. O Artigo 14 do Estatuto Social passará a viger com a seguinte redação: "***Artigo 14**. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 8 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica.*" (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia. **Encerramento.** Nada mais a tratar. **Mesa: Dani Ajbeszyc** – Presidente; **Rômulo Otoni Andrade** – Secretário. **Acionistas: GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade); **Sul Real I Participações Ltda.** (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.242/23-9 em 25/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Franco S.A.

*Em constituição*

**Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 16/11/2023**

**Data/hora/local:** Em 16/11/2023, 17hs, na sede social. **Presença: 1. Ines Bernardon Congelian**; **2. Gustavo Bernardon Coneglian**; **3. Jorge Luis Bernardon Coneglian**. **Mesa: Gustavo Bernardon Coneglian,** presidente da Assembleia. **Deliberações aprovadas:** O Capital Social inicial de R$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10% , tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R$ 100,00 depositados em conta vinculada ao Banco do Brasil, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição e o Recibo de Depósito. O Sr. Presidente declarou constituída a Sociedade de pleno direito. Eleito pelo acionista fundador, **Gustavo Bernardon Coneglian**, para o cargo de Diretor- Presidente, com mandato de 3 anos a contar da presente data. O Diretor ora eleito aceita a nomeação, tomando posse imediata mediante assinatura do termo de posse e declara não estar incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis. A Sociedade utilizará o DOESP e o Agora SP para realizar as suas publicações legais. O Sr. Presidente, esclareceu que o Diretor ficaria incumbido de ultimar as formalidades remanescentes para registro da constituição da Sociedade perante os órgãos competentes. Nada mais. Marília/SP, 16/11/2023. **Advogado Responsável:** Alexsandro Pereira Leite, OAB/SP n° 442.259. JUCESP/NIRE n° 3530062944-2 em 20/12/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# ADATA Electronics Brazil S.A.

CNPJ/MF nº 21.316.271/0001-20

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022** *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

## Balanço Patrimonial

| Ativo | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 163.400 | 18.854 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 151.084 | 219.340 |
| Estoques | 7 | 47.163 | 126.781 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 23 | – | 1.005 |
| Impostos a recuperar | 8 | 46.375 | 84.390 |
| Outros ativos | 9 | 2.109 | 4.320 |
| | | **410.131** | **454.690** |
| **Não circulante** | | | |
| Impostos a recuperar | 8 | 41.233 | 113 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | 21 | – | 1.116 |
| Imobilizado | 10 | 22.759 | 20.328 |
| Direito de uso de ativos | 11 | 2.126 | 3.467 |
| Intangível | | 324 | 383 |
| | | **66.442** | **25.407** |
| **Total** | | **476.573** | **480.097** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 12 | 23.320 | 30.618 |
| Empréstimos de financiamentos | 13 | – | 43.899 |
| Passivo de arrendamento | 11 | 1.241 | 1.571 |
| Partes relacionadas | 14 | 231.731 | 188.619 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 23 | 32 | – |
| Obrigações tributárias | 15 | 4.105 | 8.886 |
| Salários e encargos sociais | 16 | 6.378 | 4.331 |
| Adiantamento de clientes | | 11.566 | 7.839 |
| Provisão de P&D | | 7.233 | 10.479 |
| Dividendos a pagar | 17 | – | 8.895 |
| Outros passivos | | 2.038 | 1.624 |
| | | **287.644** | **306.761** |
| **Não circulante** | | | |
| Passivo de arrendamento | 11 | 921 | 1.943 |
| | | **921** | **1.943** |
| **Patrimônio líquido** | 17 | | |
| Capital social | | 62.645 | 62.645 |
| Reserva legal | | 3.921 | 3.091 |
| Reserva para incentivos fiscais | | 121.442 | 78.112 |
| Reserva de lucros | | – | 27.545 |
| | | **188.008** | **171.393** |
| **Total** | | **476.573** | **480.097** |

## Demonstração do Resultado Abrangente

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **16.615** | 31.231 |
| Outros resultados abrangentes | – | – |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **16.615** | **31.231** |

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Nota | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC | Reserva Legal | Reserva para incentivo fiscal ICMS | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | **7.645** | **46.367** | **1.529** | **–** | **98.227** | **–** | **153.768** |
| Aumento de capital social | 17 | 55.000 | (46.367) | – | – | – | – | 8.633 |
| Dividendos propostos de exercícios anteriores | 17 | – | – | – | – | (22.239) | – | (22.239) |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | – | – | – | 31.231 | 31.231 |
| Constituição da reserva legal | 17 | – | – | 1.562 | – | – | (1.562) | – |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 17 | – | – | – | 78.112 | (7.109) | (71.003) | – |
| Constituição de reserva de lucros | | – | – | – | – | (41.334) | 41.334 | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | **62.645** | **–** | **3.091** | **78.112** | **27.545** | **–** | **171.393** |
| Lucro líquido do exercício | 17 | – | – | – | – | – | 16.615 | 16.615 |
| Constituição da reserva legal | 17 | – | – | 830 | – | – | (830) | – |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 17 | – | – | – | 43.330 | (43.330) | – | – |
| Constituição de reserva de lucros | | – | – | – | – | 15.785 | (15.785) | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **62.645** | **–** | **3.921** | **121.442** | **–** | **–** | **188.008** |

## Demonstração do Resultado

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 18 | 861.906 | 1.369.367 |
| Custos dos produtos vendidos | 19 | (778.181) | (1.231.198) |
| **Lucro bruto** | | **83.725** | **138.169** |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 19 | (58.564) | (61.780) |
| Despesas com vendas | 19 | (9.113) | (10.304) |
| | | **(67.677)** | **(72.084)** |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos | | 16.048 | 66.085 |
| Resultado financeiro líquido | 20 | 1.683 | (29.363) |
| **Lucro antes dos impostos** | | **17.731** | **36.722** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 21 | (1.116) | (5.491) |
| **Lucro liquido do exercício** | | **16.615** | **31.231** |

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido do exercício | 16.615 | 31.231 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais | | |
| Depreciações e amortizações | 4.402 | 4.262 |
| Perdas (estornos) estimadas nos estoques | (1.006) | (4.332) |
| Perdas estimadas com clientes | 256 | (78) |
| Despesas com juros s/ empréstimos e arrendamentos | 1.073 | 5.799 |
| Baixas de imobilizado | 15 | 70 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.116 | – |
| | **22.470** | **36.952** |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Clientes | 68.000 | 30.636 |
| Estoques | 80.625 | 1.949 |
| Impostos a recuperar | (3.105) | 19.180 |
| Adiantamentos | – | 7.839 |
| Outros ativos | 2.211 | 22.448 |
| Fornecedores | (7.298) | (67.454) |
| Contas a pagar | (2.829) | 8.502 |
| Partes relacionadas | 43.111 | 51.057 |
| Impostos a recolher | (4.781) | (4.370) |
| Salários e encargos sociais | 2.047 | (762) |
| Adiantamento de clientes | 3.727 | – |
| Pagamentos de juros sobre empréstimos | (299) | (7.763) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **203.879** | **98.214** |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (5.003) | (6.265) |
| Aplicação financeira | – | 2.000 |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimento** | **(5.003)** | **(4.265)** |
| **Fluxo de caixa nas atividades de financiamento** | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | – | 295.514 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal | (43.600) | (376.381) |
| Pagamento de arrendamentos | (1.835) | (1.883) |
| Pagamento de dividendos | (8.895) | (13.344) |
| Aumento de capital | – | 8.633 |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos** | **(54.330)** | **(87.461)** |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **144.546** | **6.488** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 18.854 | 12.366 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 163.400 | 18.854 |

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADATA Electronics Brazil S.A. (Companhia) iniciou suas atividades industriais em 2017 tendo como principais produtos as memórias DRAM e SSD, ambos com benefício fiscal do PPB (Processo Produtivo Básico) tendo, portanto, suspensão de IPI e diferimento de ICMS pelo Regime Especial 7759/2015, e tem como principal fornecedor a ADATA Integration Brazil S.A., parte relacionada, que é detentora do benefício fiscal do PADIS. A Companhia é subsidiária integral da ADATA Technology, empresa localizada em Taiwan. Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia: Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor da Companhia. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias. Impactos do conflito entre Israel e Hamas para os negócios da Companhia: Em 7 de outubro de 2023, o grupo radical islâmico Hamas, considerado terrorista pelos Estados Unidos e a União Europeia, bombardeou Israel, em um ataque terrorista, deixando centenas de mortos. A região da guerra é a maior produtora de energia do mundo, contendo 48% das reservas conhecidas de petróleo e, no ano passado, foi a origem de 33% do petróleo mundialmente consumido. Num cenário de continuidade no conflito, sem uma escalada, pode ter impacto no preço do petróleo, e, por consequência, nos preços dos combustíveis e na inflação em todo o mundo. A possível elevação do preço do petróleo no mercado internacional pode elevar a inflação no Brasil. A commodity é um dos produtos de maior impacto inflacionário, já que a cadeia produtiva tem o combustível como matéria-prima para o transporte, e, em alguns casos, também para a produção. Até o momento as operações da Companhia não foram significativamente afetadas pelo conflito, contudo a Administração segue acompanhando os desdobramentos da guerra e avaliando potenciais impactos para suas demonstrações financeiras.

### 2. BASE PARA PREPARAÇÃO

**2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 01 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da fundação. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.3. Moeda estrangeira:** Transações e saldos em moeda estrangeira: Todas as transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda local pela taxa de câmbio no tempo de cada transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira também são convertidos em moeda local pela taxa de câmbio a partir da data do balanço. As perdas e os ganhos de taxa de câmbio sobre ativos e passivos são registrados na demonstração do resultado do exercício. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Conforme o IFRS 9/CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9/CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: • Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por contas a receber de clientes (Nota 6), partes relacionadas (Nota 14), ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos (Nota 23), classificadas como mensuradas subsequentemente a VJR. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota 12), empréstimos e financiamentos (Nota 13), partes relacionadas (Nota 14) e contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*): Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseado nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Outros passivos financeiros: Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem recursos disponíveis, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. **3.3. Estoques:** São apresentados pelo custo de aquisição, adicionados aos custos de fabricação para a elaboração dos produtos, não sendo superiores ao valor de mercado. Os estoques são deduzidos da provisão para obsolescência, estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de utilizar todo o estoque existente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Adicionalmente, é estimada a provisão para perda de estoque com giro lento com base nos percentuais definidos pela Administração que variam de 20% a 100%, de acordo com o tempo sem movimentação. **3.4. Imobilizado:** É registrado pelo custo de aquisição e sujeito a testes de recuperabilidade. As depreciações acumuladas foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo seu valor à vista ou ajustado ao valor presente da respectiva obrigação. **3.5. Intangível:** As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e trazer o software para uso específico. Esses custos são amortizados em relação às vidas úteis usando o método linear. **3.6. Arrendamentos:** O Grupo aplicou o CPC 06(R2) – Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo de 12,50%. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.7. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. **3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A Companhia é tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R$240 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e apurado pela organização de forma trimestral. Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado do Amazonas: A Companhia, em razão de sua atuação fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas, tem isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia em 2022 e 2021 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS. iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.9. Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. **3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos incorridos até a data do balanço patrimonial. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas pela Companhia à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **3.12. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros *(impairment)*:** Os ativos são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não existem indicadores internos ou externos de desvalorização. **3.13. Ajustes a valor presente:** A Companhia analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante. Portanto, não houve impacto dessa natureza nas demonstrações financeiras. **3.14. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e os custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o contratante. **3.15. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício por atuar como fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas. Concedido em forma de crédito estímulo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos e na aquisição de determinados produtos. A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício, como redutora da receita líquida, representando o valor líquido entre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado sobre as vendas de Manaus de produtos incentivados e o mesmo imposto sobre as aquisições de mercadorias dos produtos incentivados. A Companhia é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. **3.16. Novas normas e interpretações:** 3.16.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:* As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia e nem na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: - Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que ainda não começou a gerar receita e não tem expectativa que ela seja superior a 750 milhões de euros por ano. 3.16.2. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. 3.16.2. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and*

*continua ...*

... continuação

**ADATA Electronics Brazil S.A.**

*Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):* Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and *leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2021, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas, quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não tinha registrado em seu balanço patrimonial nenhum saldo relacionado a imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um business contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por impairment.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa | 5 | 5 |
| Bancos | 8.546 | 18.849 |
| Aplicações financeiras | 154.849 | – |
| | **163.400** | **18.854** |

A Companhia utiliza para suas operações as instituições financeiras: Banco Bradesco, Citbank, Santander, Banco do Brasil, Banco Itaú e Banco Nacional Daycoval. A remuneração das aplicações financeiras foi contratada entre 100% e 106% do CDI.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Clientes nacionais | 151.466 | 219.465 |
| (-) Provisão para perdas de créditos esperadas | (382) | (125) |
| | **151.084** | **219.340** |

Abaixo aging list para melhor análise dos saldos a receber:

| **Descrição** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| A Vencer | 149.013 | 217.391 |
| Vencidos: | | |
| De 1 a 30 dias | 2.164 | 56 |
| De 31 a 60 dias | – | 2.017 |
| Acima de 60 dias | 289 | 1 |
| | **151.466** | **219.465** |

As movimentações da provisão para perda de créditos esperadas estão demonstradas a seguir:

| | Provisão para perdas de crédito esperadas | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| Em 1º de janeiro | (125) | (203) |
| Reversão | 125 | 78 |
| Constituição | (382) | – |
| Em 31 de dezembro | **(382)** | **(125)** |

## 7. ESTOQUES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matéria-prima | 35.387 | 62.435 |
| Produtos acabados | 14.539 | 58.373 |
| Produtos semi-acabados | 30 | 9.881 |
| Estoques em trânsito | – | 89 |
| Partes e peças | 239 | 42 |
| | **50.195** | **130.820** |
| Provisão para realização de estoque | (3.032) | (4.039) |
| | **47.163** | **126.781** |

A movimentação das perdas com estoques está assim representada:

| **Descrição** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | (4.039) | (8.371) |
| Adições | (7.155) | (3.461) |
| Baixas | 8.162 | 7.793 |
| Saldo final | **(3.032)** | **(4.039)** |

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ICMS (a) | 48.565 | 49.443 |
| PER DECOMP (c) | 25.759 | 20.225 |
| IRPJ (b) | – | 4.874 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 1.802 | 291 |
| ICMS – CIAP | 158 | 203 |
| IPI | 5.749 | 8.545 |
| COFINS | 4.545 | – |
| PIS | 1.023 | 617 |
| PPB | 7 | 305 |
| | **87.608** | **84.503** |
| Circulante | 46.375 | 84.390 |
| Não circulante | 41.233 | 113 |
| | **87.608** | **84.503** |

(a) Créditos de ICMS relativos a operações de entrada na Matriz em São Paulo oriundos de fornecedor situado na ZFM – Zona Franca de Manaus antes do início das operações da filial naquela região. (b) Saldos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior no ano de 2020 que deverão ser compensados nos próximos anos. Foram submetidos pedidos de restituição e os montantes foram 100% recebidos em dinheiro. (c) Créditos aptos para uso compostos em PER DCOMPs de origem já criadas e submetidas ao Governo.

## 9. OUTROS ATIVOS

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Seguros | 839 | 2.860 |
| Adiantamento a fornecedores | 306 | 187 |
| Outros adiantamentos | 357 | 865 |
| Outras contas a receber | 607 | 408 |
| | **2.109** | **4.320** |

## 10. IMOBILIZADO

| | 2023 | | | | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa de depreciação % a.a. | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Móveis, utensílios e instalações | 10% | 941 | (302) | 639 | 587 |
| Computadores e periféricos | 20% | 1.692 | (713) | 979 | 929 |
| Moldes e ferramentas | 10% | 61 | (55) | 6 | – |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 12.409 | (3.011) | 9.398 | 9.915 |
| Outros equipamentos | 10% | 2.467 | (593) | 1.874 | 2.087 |
| Ativo imobilizado em andamento | – | 3.972 | – | 3.972 | 490 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | 7.210 | (1.612) | 5.598 | 6.320 |
| Adiantamentos a fornecedores imobilizado | – | 293 | – | 293 | – |
| | | **29.045** | **(6.286)** | **22.759** | **20.328** |

Abaixo, detalhamos a movimentação do custo e da depreciação dos ativos imobilizados 2023:

| | 2022 | Adições | Baixas | Transferências | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis, utensílios e instalações | 821 | 133 | (13) | – | 941 |
| Computadores e periféricos | 1.363 | 332 | (3) | – | 1.692 |
| Moldes e ferramentas | 55 | 7 | – | – | 62 |
| Máquinas e equipamentos | 11.697 | 218 | – | 490 | 12.405 |
| Outros equipamentos | 2.436 | 37 | (6) | – | 2.467 |
| Ativo imobilizado em andamento | 490 | 3.972 | – | (490) | 3.972 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 7.210 | – | – | – | 7.210 |
| Adiantamentos a fornecedores imobilizado | – | 293 | – | – | 293 |
| Custo | 24.072 | 4.992 | (22) | – | 29.042 |
| Móveis, utensílios e instalações | (234) | (72) | 5 | – | (301) |
| Computadores e periféricos | (435) | (279) | – | – | (714) |
| Moldes e ferramentas | (55) | – | – | – | (55) |
| Máquinas e equipamentos | (1.782) | (1.229) | – | – | (3.011) |
| Outros equipamentos | (349) | (245) | 2 | – | (592) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (889) | (721) | – | – | (1.610) |
| Depreciação acumulada | (3.744) | (2.546) | 7 | – | (6.283) |
| | **20.328** | **2.446** | **(15)** | **–** | **22.759** |

Abaixo, detalhamos a movimentação do custo e da depreciação dos ativos imobilizados 2022:

| | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Móveis, utensílios e instalações | 459 | 362 | – | 821 |
| Computadores e periféricos | 1.075 | 358 | (70) | 1.363 |
| Moldes e ferramentas | 55 | – | – | 55 |
| Máquinas e equipamentos | 7.416 | 4.281 | – | 11.697 |
| Outros equipamentos | 1.870 | 566 | – | 2.436 |
| Adiantamento para equipamentos | – | 490 | – | 490 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 7.143 | 67 | – | 7.210 |
| Custo | 18.018 | 6.124 | (70) | 24.072 |
| Móveis, utensílios e instalações | (183) | (51) | – | (234) |
| Computadores e periféricos | (211) | (224) | – | (435) |
| Moldes e ferramentas | (52) | (3) | – | (55) |
| Máquinas e equipamentos | (673) | (1.109) | – | (1.782) |
| Outros equipamentos | (112) | (237) | – | (349) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (176) | (713) | – | (889) |
| Depreciação acumulada | (1.407) | (2.337) | – | (3.744) |
| | **16.611** | **3.787** | **(70)** | **20.328** |

## 11. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 2023 e 2022 os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos de arrendamentos vigentes, representados pelo aluguel da fábrica na cidade de Santo Antônio da Posse – São Paulo, da fábrica na cidade de Manaus – Amazonas e do escritório em São Paulo capital, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Direito de uso de ativos

| | 2023 | | | | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa de depreciação % a.a. | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Arrendamentos – direito de uso | 20 a 50 | **8.075** | **(5.949)** | **2.126** | **3.467** |

A movimentação do ano é apresentada abaixo:

| | 2022 | Adições | Baixas | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 7.630 | **445** | **–** | **8.075** |
| Amortização | (4.163) | **(1.786)** | **–** | **(5.949)** |
| | **3.467** | **(1.341)** | **–** | **2.126** |

| | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 6.771 | 859 | – | 7.630 |
| Amortização | (2.332) | (1.831) | – | (4.163) |
| | **4.439** | **(972)** | **–** | **3.467** |

Passivo de arrendamento

| | 2022 | Adições | Pagamentos | Juros | Transferência | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curto prazo | 1.571 | 445 | (1.833) | 36 | 1.022 | 1.241 |
| Longo prazo | 1.943 | **–** | **–** | – | (1.022) | 921 |
| | **3.514** | **445** | **(1.833)** | **36** | **–** | **2.162** |

| | 2021 | Adições | Pagamentos | Juros | Transferência | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curto prazo | 1.727 | 99 | (1.883) | 56 | 1.571 | 1.571 |
| Longo prazo | 2.756 | 759 | – | – | (1.571) | 1943 |
| | **4.483** | **858** | **(1.883)** | **56** | **–** | **3.514** |

## 12. FORNECEDORES

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Estrangeiros | 21.116 | 15.783 |
| Nacionais | 2.204 | 14.835 |
| | **23.320** | **30.618** |

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Instituição | Modalidade | Taxas (a.a) | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Far Eastern | Capital de giro | 1.7091% | – | 4 |
| Banco do Brasil | Capital de giro | 15,68%_17,53% | – | 35.181 |
| Itaú | Capital de giro | 8.73%/12.66% | – | 8.714 |
| | | | **–** | **43.899** |

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuíam cláusulas restritivas não financeiras no encerramento do exercício de 2022.

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | 43.899 | 124.467 |
| Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento: | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | – | 295.514 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (43.600) | (376.381) |
| Variação cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento | – | – |
| **Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento** | **299** | **43.600** |
| Outros itens: | | |
| Provisão de despesas com juros e variação cambial | – | 8.052 |
| Pagamento de juros e variação cambial | (299) | (7.763) |
| **Total de outros itens** | **(299)** | **289** |
| **Saldo em 31 dezembro do ano corrente** | **–** | **43.899** |

## 14. PARTES RELACIONADAS

Em 2023 e 2022 as transações com partes relacionadas referiam-se a compras de produtos, sendo realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Passivo** | | |
| ADATA Integration Brazil S/A. | **231.731** | 188.619 |
| | **231.731** | **188.619** |

As compras pela ADATA Electronics da ADATA Integration foram de R$401.708 em 31 de dezembro de 2023 (R$689.468 em 31 de dezembro de 2022). Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, totaliza R$1.526 em 2023 (R$2.083 em 2022).

## 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| IPI | 3 | – |
| ICMS | 53 | – |
| PIS | 644 | 1.916 |
| COFINS | 2.992 | 6.044 |
| Impostos retidos | 213 | 682 |
| FTI | 200 | 244 |
| | **4.105** | **8.886** |

## 16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Provisão para férias e encargos | 3.509 | 3.672 |
| INSS e FGTS | 871 | 659 |
| IRRF s/folha a recolher | 396 | – |
| Bônus e PLR | 1.602 | – |
| | **6.378** | **4.331** |

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é composto por 62.645.056 ações totalmente integralizadas com valor nominal de R$1,00 cada, totalizando R$62.645. A distribuição das ações do capital está demonstrada a seguir:

| | 2023 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade ações | Valor | Quantidade ações | Valor |
| 3T Participações e Gestão Ltda | 9.833.030 | 9.833 | 9.833.030 | 9.833 |
| Machdata Intermediação de Negócios Ltda | 52.812.026 | 52.812 | 52.812.026 | 52.812 |
| | **62.645.056** | **62.645** | **62.645.056** | **62.645** |

Em 09 de março de 2022, foi registrado na JUCESP o Estatuto Social que formaliza o aumento de capital de R$55.000 mil (Cinquenta e cinco milhões de reais) que foi integralizado com a emissão de novas ações, a um preço unitário de R$1,00 (um real). O capital foi totalmente integralizado em moeda corrente, através do AFAC recebido em 10 de dezembro de 2021 pela sócia Machdata, além de três depósitos em março de 2022 somando R$8.633 (oito milhões, seiscentos e trinta e três mil reais), o que totalizou o montante aprovado e formalizado neste Estatuto. Reserva Legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido ajustado de cada exercício até atingir, isoladamente 20% do capital social, sendo constituído o montante de R$ 830 sobre o lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.562 em 2022) encerrando este período com saldo de R$3.921. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício por atuar como fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas. Concedido em forma de crédito estímulo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos e na aquisição de determinados produtos. O benefício econômico obtido é contabilizado como redutor da despesa do imposto lançado no resultado em valores iguais reduzindo 100% do passivo do mesmo imposto. O valor total da subvenção governamental dos anos de 2022 e 2023, foi base para constituição da Reserva de Incentivos fiscais – ICMS no patrimônio líquido da companhia, deduzindo-se o lucro acumulado, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial e na Demonstração das mutações do patrimônio líquido e totaliza R$121.442 (R$ 78.112). Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de lucros a realizar e o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram propostos R$22.239 com base nas reservas de lucros dos anos de 2020 e 2021 como dividendos aos acionistas da Companhia, dos quais R$13.344 foram pagos dentro do ano de 2022. Já em 2022 e 2023 não houve base para distribuição de dividendos:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 16.615 | 31.231 |
| (-) Reserva legal – 5% | (831) | (1.562) |
| (-) Reserva incentivos fiscais | (43.330) | (78.112) |
| Lucro líquido do exercício ajustado | (27.545) | (48.443) |
| Dividendos – 25% | – | – |

## 18. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita bruta de vendas com benefício | 937.912 | 1.514.608 |
| | **937.912** | **1.514.608** |
| **Deduções da receita bruta** | | |
| Impostos | (58.460) | (124.073) |
| Devoluções e abatimentos | (17.546) | (21.168) |
| | (76.006) | (145.241) |
| **Receita operacional líquida** | **861.906** | **1.369.367** |

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matérias-primas, produtos acabados e em elaboração | (758.609) | (1.209.692) |
| Salários e encargos | (44.578) | (40.714) |
| Despesa de P&D | (18.878) | (17.094) |
| Serviços prestados por terceiros | (5.742) | (11.134) |
| Material de uso e consumo | (4.190) | (5.787) |
| Despesas com fretes | (2.649) | (5.554) |
| Depreciação e amortização | (4.402) | (4.274) |
| Outros | (931) | (3.364) |
| Aluguéis | (773) | (3.153) |
| Utilidades | (1.932) | (2.749) |
| Seguros | (2.320) | (2.443) |
| Manutenção | (1.148) | (1.251) |
| Despesa com viagens | (343) | (448) |
| Telecomunicações | (113) | (96) |
| Perdas estimadas com clientes | (256) | 139 |
| Perdas estimadas nos estoques | 1.006 | 4.332 |
| | **(845.858)** | **(1.303.282)** |
| Custos dos produtos vendidos | (778.181) | (1.231.198) |
| Despesas administrativas | (58.564) | (61.780) |
| Despesas com vendas | (9.113) | (10.304) |

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Variação cambial ativa | 10.898 | 20.234 |
| Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | 953 | 8.349 |
| Rendimento s/ aplicação financeira | 8.228 | 62 |
| Crédito financeiro | 93 | – |
| Outras receitas | 222 | 295 |
| Descontos obtidos | 4 | 3 |
| | **20.398** | **28.943** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variação cambial passiva | (9.016) | (12.560) |
| Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | (5.700) | (18.630) |
| Despesas de juros | (3.440) | (13.223) |
| Outras despesas | (559) | (13.893) |
| | (18.715) | (58.306) |
| | 1.683 | (29.363) |

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 17.731 | 36.722 |
| Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais – 34% | (6.029) | (12.485) |
| Subvenção governamental (crédito estímulo ICMS) | 23.703 | 26.558 |
| Variação cambial | (1.116) | (9.803) |
| Outras adições/exclusões temporárias | 1.405 | (15.549) |
| Outras adições/exclusões permanentes | (299) | 2.353 |
| Imposto não constituído sobre prejuízo fiscal | (18.780) | 3.435 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (1.116) | (5.491) |
| Imposto de renda e contribuição social – corrente | – | (5.491) |
| Imposto de renda e contribuição social – diferido | (1.116) | – |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (1.116) | (5.491) |
| Alíquota efetiva | 6,29% | 14,95% |

## 22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, porém de baixo volume e valores imateriais. Em 31 de dezembro de 2023 totalizam 7 processos, sendo 1 possível (R$ 197 mil) e 6 remotos. São desconhecidos processos de natureza tributária ou cível que devessem estar registrados ou divulgados nessas demonstrações financeiras. Julgamento STF – "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo** | | |
| Operação de ativos financeiros (NDF) | – | 1.005 |
| | **–** | **1.005** |
| **Passivo** | | |
| Operação de passivos financeiros (NDF) | 32 | – |
| | **32** | **–** |
| **Resultado** | | |
| Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | 953 | 8.349 |
| Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF) | (5.700) | (18.630) |
| **Total** | **(4.747)** | **(10.281)** |

| | 2023 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| **Item** | Valor Livro | Valor nominal | Valor Livro | Valor nominal |
| NDF(*) (Compra em USD/Vende R$) | **52.362** | **52.330** | 57.605 | 56.600 |

(*) NDF (Termo de moeda sem entrega física)

Durante 2023, houve compra NDF de USD 67 milhões, realizou USD 61 milhões e obteve uma perda de R$ 4.747. Não realizou NDF de USD 6 milhões e teve perda não realizada no valor de R$ 31.976 baseada em uma marcação de mercado reconhecida em 31 de dezembro de 2023. Durante 2022, houve compra NDF de USD 185 milhões, realizou USD 174 milhões e obteve uma perda de R$ 10.280. Não realizou de NDF USD 11 milhões e teve de ganho não realizado no valor de R$ 794.300 mil baseado em uma marcação de mercado reconhecida em 31 de dezembro de 2022.

## 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Gerenciamento dos riscos financeiros:** A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. 1) Risco de Crédito: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e distribuidores. Para reduzir este tipo de risco a Companhia realiza análise de crédito individual de seus clientes, com base em análise potencial de vendas, histórico de risco e inadimplência, dados das agências de risco e de mercado. 2) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de câmbio, tendo em vista que parte das mercadorias vendidas são importados. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros de proteção ao câmbio. A gestão do risco de taxa de câmbio é efetuada em conjunto com o risco de mercado por conta das alterações nos preços de mercado. A Companhia utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros. Monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. 3) Risco de liquidez: Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

| | Saldo Contábil | Fluxo Financeiro | Até três meses | De quatro a 12 meses | Entre um e cinco anos | Acima de cinco anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2023** | | | | | | |
| Passivos de arrendamento | 2.161 | 2.161 | 382 | 945 | 834 | – |
| Fornecedores | 23.320 | 23.320 | 23.320 | – | – | – |
| Passivos com partes relacionadas | 231.731 | 231.731 | 231.731 | – | – | – |
| Adiantamento de clientes | 11.566 | 11.566 | – | 11.566 | – | – |
| | **268.778** | **268.778** | **255.433** | **12.511** | **834** | **–** |

| | Saldo Contábil | Fluxo Financeiro | Até três meses | De quatro a 12 meses | Entre um e cinco anos | Acima de cinco anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 43.899 | 45.614 | 9.247 | 36.367 | – | – |
| Passivos de arrendamento | 3.514 | 3.577 | 762 | 847 | 1.967 | – |
| Fornecedores | 30.618 | 30.618 | 30.618 | – | – | – |
| Passivos com partes relacionadas | 188.619 | 188.619 | 188.619 | – | – | – |
| Adiantamento de clientes | 7.839 | 7.839 | – | 7.839 | – | – |
| Dividendos a pagar | 8.895 | 8.895 | – | 8.895 | – | – |
| | **283.384** | **285.162** | **229.246** | **53.948** | **1.967** | **–** |

continua ...

# Publicidade Legal

*... continuação*

## ADATA Electronics Brazil S.A.

4) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações) impactem nos ganhos da Companhia, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DE VALOR JUSTO E CONTÁBIL**

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

| Consolidado | 2023 Valor contábil | 2023 Valor justo | 2022 Valor contábil | 2022 Valor justo | Mensuração a valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | **163.400** | **163.400** | 18.854 | 18.854 | Nível 2 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 24) | **–** | **–** | 1.005 | 1.005 | Nível 2 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | **151.084** | **151.084** | 219.340 | 219.340 | Nível 2 |
| Outros ativos | **2.109** | **2.109** | 4.320 | 4.320 | Nível 2 |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores (Nota 12) | **23.320** | **23.320** | 30.618 | 30.618 | Nível 2 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | **–** | **–** | 43.899 | 43.899 | Nível 2 |
| Passivo de arrendamentos (Nota 11) | **1.241** | **1.241** | 1.571 | 1.571 | Nível 2 |
| Adiantamento de clientes | **11.566** | **11.566** | 7.839 | 7.839 | Nível 2 |
| Partes relacionadas (Nota 14) | **231.731** | **231.731** | 188.619 | 188.619 | Nível 2 |
| Dividendos a pagar (Nota 17) | **–** | **–** | 8.895 | 8.895 | Nível 2 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 23) | **32** | **32** | – | – | Nível 2 |

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

**26. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais (DTO) para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**Diretoria**

**Paulo Afonso Frias Trindade Junior** – Presidente

**Contador**

**Fernando Luis Suehara** – CRC: 1SP 239.225/O-1

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos acionistas da
**ADATA Electronics Brazil S.A.**
Santo Antônio de Posse-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ADATA Electronics Brazil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ADATA Electronics Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de fevereiro de 2024.

EY
**Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.**
CRC SP 027.623/F

**Cristiane Cléria S. Hilário**
Contadora
CRC SP 243.766/O

# Haddad confirma salário mínimo de R$ 1.502 para 2025

O ministro Fernando Haddad confirmou em entrevista à GloboNews que o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) vai propor R$ 1.502 de salário mínimo para 2025.

O valor representa uma alta de 6,37% em relação ao piso atual. Hoje, o mínimo é de R$ 1.412.

"Nós não costumamos antecipar os dados da LDO antes da entrevista oficial, mas vazaram esses dois dados [meta de 2025 e salário mínimo], e aí a imprensa toda está dando. Até me desculpo por estar falando disso antes das 17h, que é o horário combinado. Mas, sim, os dados que eu tenho são esses", disse o ministro.

O valor do salário mínimo segue a fórmula de correção da política de valorização, que inclui reajuste pela inflação de 12 meses até novembro do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2023).

Desde 1º de janeiro de 2024, o salário mínimo é R$ 1.412. A cifra foi atualizada por meio de um decreto de Lula, que aplicou a regra prevista na nova lei de valorização do salário mínimo, aprovada no ano passado. Folhapress

## Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022** *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

| Ativo | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | **2.783** | **14.257** | **178.280** | **162.742** |
| Caixa e equivalentes de caixa | **2.092** | 14.209 | **17.092** | 35.338 |
| Contas a receber | - | - | **46.507** | 14.342 |
| Impostos e contrib. a recuperar | **415** | 18 | **1.524** | 606 |
| Valor justo dos contratos de energia | - | - | **99.685** | 112.413 |
| Despesas antecipadas | **29** | 30 | **357** | 30 |
| Partes relacionadas | **247** | - | **247** | - |
| Outros créditos | - | - | **12.868** | 13 |
| **Não circulante** | **124.613** | **96.719** | **202.142** | **137.709** |
| Partes relacionadas | - | - | **1.163** | - |
| Valor justo dos contratos de energia | - | - | **179.118** | 137.601 |
| Outras contas a receber | **3.983** | - | **3.983** | - |
| Despesas antecipadas | - | - | **150** | - |
| Investimentos | **120.623** | 96.719 | **226** | **95** |
| Imobilizado | **7** | - | **13.647** | 13 |
| Intangível | - | - | **295** | - |
| Direito de uso | - | - | **3.560** | - |
| **Total do ativo** | **127.396** | **110.976** | **380.422** | **300.451** |
| **Passivo** | | | | |
| **Circulante** | **5** | **488** | **126.096** | **108.333** |
| Fornecedores | - | - | **50.025** | 14.228 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | - | **249** | 129 |
| Obrigações tributarias | **5** | 8 | **484** | 67 |
| Valor justo dos contratos de energia | - | - | **74.496** | 93.429 |
| Arrendamento mercantil | - | - | **756** | - |
| Contas a pagar | - | 480 | **86** | 480 |
| **Não circulante** | - | - | **121.132** | **81.630** |
| Contas a pagar pela aquisição de investimentos | - | - | **245** | - |
| Valor justo dos contratos de energia | - | - | **67.005** | 42.727 |
| Arrendamento mercantil | - | - | **2.938** | - |
| Impostos e contribuições diferidos | - | - | **48.796** | 38.903 |
| Partes relacionadas | - | - | **1.411** | - |
| Adiantamento de clientes | - | - | **737** | - |
| **Patrimônio líquido** | **127.391** | **110.488** | **127.391** | **110.488** |
| Capital social subscrito e integralizado | **50.149** | 50.000 | **50.149** | 50.000 |
| Capital social a integralizar | - | (10.000) | - | (10.000) |
| Reserva de lucros | **72.629** | 66.939 | **72.629** | 66.939 |
| Reserva legal | **4.613** | 3.549 | **4.613** | 3.549 |
| Participação de não controladores | - | - | 5.803 | - |
| **Total do passivo e PL** | **127.396** | **110.976** | **380.422** | **300.451** |

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Patrimonio líquido da controladora | Participação de não controladores | Patrimônio líquido consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício | - | - | 70.968 | 70.968 | - | 70.968 |
| Reserva legal | - | 3.549 | (3.549) | - | - | - |
| Distribuição de lucros | - | - | (480) | (480) | - | (480) |
| Capital a integralizar | (10.000) | - | - | (10.000) | - | (10.000) |
| Capital social | 50.000 | - | - | 50.000 | - | 50.000 |
| **Saldos em 31/12/2022** | **40.000** | **3.549** | **66.939** | **110.488** | **-** | **110.488** |
| Resultado líquido do exercício | - | - | 21.283 | 21.283 | 920 | 22.203 |
| Constituição de reserva legal | - | 1.064 | (1.064) | - | - | - |
| Distribuição de lucros | - | - | (4.529) | (4.529) | - | (4.529) |
| Integralização de capital | 10.000 | - | (10.000) | - | - | - |
| Aumento de capital social | 149 | - | - | 149 | - | 149 |
| Participação dos sócios não controladores | - | - | - | - | 4.883 | 4.883 |
| **Saldos em 31/12/2023** | **50.149** | **4.613** | **72.629** | **127.391** | **5.803** | **133.194** |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional liquida | - | - | **429.926** | 66.027 |
| Custos de vendas de energia e serv. prestados | - | - | **(409.379)** | (65.961) |
| Resultado do valor justo dos contratos futuros | - | - | **23.417** | 113.859 |
| **Resultado bruto** | - | - | **43.964** | 113.925 |
| Despesas administrativas, comerciais e gerais | **(843)** | (1.330) | **(13.116)** | (6.680) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | **(2.083)** | - | **(1.134)** | 10 |
| Resultado de equivalência patrimonial | **22.906** | 71.226 | **(169)** | (5) |
| **Total das receitas/(despesas) operacionais** | **19.980** | 69.897 | **(14.419)** | (6.675) |
| Despesas financeiras | **(6)** | (37) | **(367)** | (37) |
| Receitas financeiras | **1.421** | 1.128 | **3.780** | 2.677 |
| **Resultado financeiro** líquido | **1.415** | 1.091 | **3.413** | 2.640 |
| **Resultado antes dos impostos sobre o lucro** | **21.395** | 70.988 | **32.958** | 109.890 |
| IRPJ e CSLL correntes | **(112)** | (20) | **(1.386)** | (20) |
| IRPJ e CSLL diferidos | **-** | - | **(9.369)** | (38.902) |
| **Lucro líquido do exercício** | **21.283** | 70.968 | **22.203** | 70.968 |
| Participação atribuída aos controladores | **-** | - | **21.283** | - |
| Participação atribuída a não controladores | **-** | - | **920** | - |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **21.283** | 70.968 | **22.203** | 70.968 |
| Outros resultados abrangentes | **-** | - | **-** | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **21.283** | **70.968** | **22.203** | **70.968** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro do exercício | **21.283** | **70.968** | **22.203** | **70.968** |
| **Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais** | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | 371 | - |
| Provisão de contas a receber | - | - | (46.269) | (14.300) |
| Provisão de fornecedores | - | - | 41.095 | 538 |
| Resultado do valor justo de contratos de energia | - | - | (23.444) | (113.859) |
| Equivalência patrimonial | (22.906) | (71.226) | 169 | 5 |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | - | 9.369 | 38.903 |
| Juros sobre arrendamento | - | - | 185 | - |
| **Decréscimo/(acréscimo) em ativos** | | | | |
| Contas a receber | - | - | 14.104 | (42) |
| Impostos a recuperar | (397) | (18) | (918) | (606) |
| Despesas antecipadas | 1 | - | (477) | - |
| Adiantamento a fornecedores | - | - | - | (7) |
| Outros ativos | - | (30) | (12.855) | (35) |
| Outros contas a receber | (3.983) | - | (3.983) | - |
| **Acréscimo/(decréscimo) em passivos operacionais** | | | | |
| Fornecedores | - | - | (5.298) | 13.690 |
| Obrigações tributárias | 109 | 8 | 2.290 | 67 |
| Obrigações trabalhistas | - | - | 120 | 129 |
| Arrendamento mercantil | - | - | (443) | - |
| Outras contas a pagar | (480) | - | 589 | - |
| **Caixa aplicado nas operações** | **(6.373)** | **(298)** | **(3.192)** | **(4.550)** |
| IRPJ e CSLL pagos | (112) | - | (1.349) | - |
| **Caixa líquido proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais** | **(6.485)** | **(298)** | **(4.541)** | **(4.550)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aquisição de imobilizado | (7) | - | (13.613) | (13) |
| Aquisição de investimentos | (998) | - | (300) | - |
| Aquisição de intangível | - | - | (295) | - |
| Aporte investimentos | - | (25.100) | - | - |
| Aquisição inicial de investimentos | - | (392) | - | (99) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(1.005)** | **(25.492)** | **(14.208)** | **(112)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Partes relacionadas | (247) | - | 1 | - |
| Integralização de capital | 149 | 40.000 | 149 | 40.000 |
| Transações com acionistas não controladores | - | - | 4.883 | - |
| Distribuição de dividendos | (4.529) | - | (4.529) | - |
| **Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamentos** | **(4.627)** | **40.000** | **504** | **40.000** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa** | **(12.117)** | **14.209** | **(18.246)** | **35.338** |
| No início do exercício | 14.209 | - | 35.338 | - |
| No fim do exercício | 2.092 | 14.209 | 17.092 | 35.338 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa** | **(12.117)** | **14.209** | **(18.246)** | **35.338** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A Genco Holding Participações S.A. ("Companhia" ou "Genco Holding".), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20/07/2021, que explora o ramo de atividade de Holdings de instituições não financeiras. A Companhia tem sede no município de São Paulo, na sede na Avenida Magalhães de Castro, n° 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120. Em 12/05/2022, a Companhia realizou a aquisição de quotas da Genco Energia Ltda. ("Genco Energia"), anteriormente denominada Flow Energia Comercializadora Ltda., uma sociedade limitada, com sede no mesmo endereço da Genco Holding, Avenida Magalhães de Castro, n° 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, São Paulo (SP), cujo objetivo principal é a comercialização de energia elétrica, e objetivos secundários: (i) coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (ii) consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (iv) participação em outras sociedades, exceto holdings. A Genco Energia foi autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.712 de 31/07/2018. A Greenlands Participações Ltda. foi constituída em 24/10/2022 olhando para as recentes tendências de mercado com sustentabilidade que é um dos vieses do grupo Genco, com objetivo de investir na gestão de propriedades rurais para promover a conservação permanente das florestas, preservar a biodiversidade e apoiar as comunidades locais por meio da geração de créditos de carbono seguindo padrões confiáveis das principais certificadoras globais. Em 15/12/2023, a Minum Geradora Empreendimentos S.A. tornou-se subsidiária integral da Companhia, detendo agora 85% do seu capital social. A principal finalidade da Minum Geradora consiste na participação em outras entidades como acionista ou cotista, focando especialmente nas controladas envolvidas na geração de energia distribuída. Atualmente, tais empreendimento estão estrategicamente localizados nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. **2. Relação de entidades investidas:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora e sua controlada e controladas em conjunto (o "Grupo"). A seguir, as investidas na qual a Companhia detém participação direta:

| | Pais | Participação 2023 | Participação 2022 |
|---|---|---|---|
| Genco Energia Ltda. | Brasil | **90,00%** | 100,00% |
| Greenlands Participações Ltda. (i) | Brasil | **50,01%** | 50,01% |
| FCPAR Energia Participações Ltda. | Brasil | **66,52%** | 0,00% |
| Minum Geradora Empreendimentos S.A. | Brasil | **85,00%** | 0,00% |

(i) A gestão da Greenlands Participações Ltda. é realizada em conjunto, portanto, o respectivo investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, bem como, não se aplica a consolidação das demonstrações financeiras. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria em 15/03/2024.

**Henrique Coelho Casotti** – Diretor

**Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz –** Diretor

**Ricardo Dias da Rosa** – Contador CRC-SP nº 1SP243.627/O-4

***As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.***
***As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/***

# Negócios

## Vale antecipa meta de energia renovável em operação brasileira; desafio agora é substituir combustíveis fósseis

A Vale atingiu dois anos antes do previsto a meta de ter 100% da energia elétrica consumida por suas operações brasileiras provenientes de fontes renováveis. A mineradora mira agora a redução das emissões de fósseis em suas minas e infraestrutura de transporte.

A empresa quer zerar suas emissões líquidas de carbono até 2050, mas estabeleceu metas intermediárias, como a de limpar o mix de energia elétrica que consome e de reduzir em um terço suas emissões na produção de minério até 2030.

A limpeza do mix de energia das operações brasileiras estava prevista para 2025 e foi atingida em 2023. Era a meta mais fácil dentre elas, já que 94% da eletricidade comprada pela empresa já era renovável em 2017, ano base para a definição das metas.

A Vale tem participação em hidrelétricas e comprava parte de seu consumo do sistema interligado nacional, que também é majoritariamente renovável. Em 2023, iniciou as operações do parque solar Sol do Cerrado, em Jaíba (MG), um investimento de R$ 3 bilhões.

É um dos maiores parques de energia solar da América Latina, com potência instalada de 766 megawatts-pico, o equivalente ao consumo de uma cidade de 800 mil habitantes. O complexo atingiu sua capacidade máxima em julho de 2023.

Atualmente, diz a diretora de Energia e Descarbonização da Vale, Ludmilla Nascimento, a matriz elétrica da empresa tem 80% da energia proveniente de hidrelétricas, 15% de energia solar e 5% de energia eólica.

Considerando as operações mundiais, a meta é atingir 100% de renováveis em 2030, considerando que a companhia tem operações em países com matriz ainda concentrada em combustíveis fósseis, como Omã e Malásia.

No Brasil, os esforços da área de transição energética da mineradora miram agora a descarbonização do chamado escopo 1, que engloba as emissões diretas de suas atividades industriais, incluindo minas, pelotizadoras e transporte dos produtos.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Samsung ultrapassa Apple e conquista liderança global de smartphones

A Samsung Electronics ultrapassou a Apple como principal fornecedora global de smartphones no primeiro trimestre do ano, ao passo que as empresas chinesas garantiram uma fatia maior do mercado, segundo dados preliminares da International Data Corporation (IDC). As remessas globais de smartphones da Apple sofreram queda anual de 9,6% no primeiro trimestre, para 50,1 milhões de unidades, de acordo com levantamento trimestral da IDC. As da Samsung caíram 0,7%, para 60,1 milhões de unidades, mas foram suficientes para a empresa sul-coreana assumir a liderança global em smartphones.

No total, as remessas globais de smartphones aumentaram 7,8%, a 289,4 milhões de unidades, registrando o terceiro avanço trimestral consecutivo.

A fatia de mercado da Apple encolheu para 17,3%, em comparação a 20,7% um ano antes, enquanto a da Samsung recuou de 22,5% a 20,8%, em meio à expansão das vendas das chinesas Xiaomi e Transsion.

A Xiaomi, terceira maior fornecedora de smartphones no trimestre, registrou um acréscimo anual de quase 34% no trimestre, para 40,8 milhões de unidades, enquanto as remessas da Transsion saltaram 85%, para 28,5 milhões de unidades.

Já a Oppo ultrapassou a Vivo e conquistou o quinto lugar entre janeiro e março.

IstoéDinheiro

## Azul anuncia voos diretos para Assunção, no Paraguai, a partir de dezembro

A Azul Linhas Aéreas anunciou, na tarde da segunda-feira (15), que começará a operar voos para Assunção, no Paraguai, a partir de quatro cidades brasileiras: Campinas (Viracopos), Curitiba, Florianópolis e Recife.

O início da operação está marcado para dezembro, com aeronaves Embraer E-2, com capacidade para 136 passageiros, ou Airbus A320, para 174 passageiros.

Atualmente, a capital paraguaia tem entre dois e três voos diários para o Brasil, todos eles operados pela Gol e pela Latam a partir no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

A Azul ainda não divulgou os horários e a frequência dos voos. A companhia informou, apenas, que os voos que partem de Viracopos e Curitiba serão regulares, enquanto os de Florianópolis e Recife serão sazonais -operados apenas durante a alta temporada de verão.

“Esta nova rota surgiu a partir de uma provocação da Embratur, que nos cantou a bola de que a conexão com o país poderia ser melhor estudada e desenvolvida”, disse Vitor Silva, gerente de planejamento e estratégia da Azul, durante o anúncio da nova rota, em um evento de turismo em São Paulo. Também presente no anúncio, o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, ressaltou que a importância do Paraguai também como origem de turistas. Segundo ele, em 2023 houve um aumento de 19% no fluxo de paraguaios para o Brasil, que se tornou o quarto maior emissor de turistas para o Brasil. “Esse fluxo, entretanto, acontece principalmente por via terrestre”, disse.

Assunção será o oitavo destino internacional na malha da Azul, que também voa para Orlando e Miami, nos EUA; Punta del Este e Montevideo, no Uruguai; Paris, na França; Lisboa, em Portugal e Curaçao, no Caribe. A companhia ainda não divulgou.

Folhapress